

idp

idn

# MESTRADO PROFISSIONAL

EM ECONOMIA

---

**PERSISTÊNCIA CULTURAL E COMPORTAMENTO DOS  
DEPUTADOS FEDERAIS NO BRASIL**

**PEDRO AUGUSTO FERREIRA FRANÇA**

Brasília-DF, 2023

## **PEDRO AUGUSTO FERREIRA FRANÇA**

### **PERSISTÊNCIA CULTURAL E COMPORTAMENTO DOS DEPUTADOS FEDERAIS NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Economia, Políticas Públicas e Desenvolvimento do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia, Políticas Públicas e Desenvolvimento.

#### **Orientador**

Professor Doutor Leonardo Monteiro Monastério

Brasília-DF 2023

## **PEDRO AUGUSTO FERREIRA FRANÇA**

### **PERSISTÊNCIA CULTURAL E COMPORTAMENTO DOS DEPUTADOS FEDERAIS NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Economia, Políticas Públicas e Desenvolvimento do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia, Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Aprovado em 03 / 10 / 2023

#### **Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Leonardo Monteiro Monastério- Orientador

---

Prof. Dr. Thiago Costa Monteiro Caldeira

---

Prof. Dr. Fernando Boarato Meneguim

---

F815p França, Pedro Augusto Ferreira  
Persistência cultural e comportamento dos deputados federais no Brasil /  
Pedro Augusto Ferreira. – Brasília: IDP, 2023.

71 p.  
Inclui bibliografia.

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Instituto Brasileiro de  
Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP, Curso de Mestrado Profissional  
em Economia, Políticas Públicas e Desenvolvimento, Brasília, 2023.  
Orientador: Prof. Dr. Leonardo Monteiro Monastério.

1. Imigração. 2. Ancestralidade. 3. Sobrenomes. 4. Comportamento Político  
5. Desempenho parlamentar I. Título.

CDD: 330

---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Moreira Alves  
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

## RESUMO

Este trabalho estima os efeitos da ancestralidade cultural no comportamento político dos membros da câmara baixa do legislativo federal que estiveram em exercício entre fevereiro de 2011 e janeiro de 2023. O objetivo é avaliar se a imigração em massa ocorrida no Brasil no final do século XIX e início do século XX teve impacto nesse aspecto político hoje, devido à transmissão intergeracional de valores culturais e de capital humano. Exploramos na análise 20 variáveis, estritamente quantitativas, obtidas mediante um levantamento aprofundado de dados primários do site da Câmara Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, para os 2.020 parlamentares em exercício nesse período e as agrupamos em 10 indicadores individuais, que aqui chamaremos de direcionadores de comportamento. Em seguida utilizamos o último sobrenome de cada parlamentar, extraído dos dados abertos da Câmara dos Deputados Federal, para categorizá-los em grupos ancestrais com base no algoritmo de classificação. Os resultados das regressões sugerem que, embora exista evidência de influência da ancestralidade cultural em determinados comportamentos, com resultados estatisticamente significativos, a exemplo da ancestralidade japonesa, que contribui positivamente para o comportamento “Propositor” e da germânica, que contribui negativamente para o comportamento “Propositor realizador”, não podemos concluir de maneira categórica que a persistência cultural seja um fator relevante nas ações dos Deputados Federais, que sofrem uma grande influência de um amplo espectro de variáveis políticas. Ou seja, rejeitamos a hipótese de que o comportamento parlamentar é influenciado pela ancestralidade cultural.

**Palavras-chave:** Imigração. Ancestralidade. Sobrenomes. Comportamento Político. Desempenho parlamentar.

## ABSTRACT

This work examines the effects of cultural ancestry on the political behavior of the members of the House of Representatives of the Brazilian Federal Legislative Branch who were acting from February 2011 to January 2023. Its purpose is to assess if the mass immigration that occurred in Brazil in late 19th century and early 20th century had an impact on this political aspect today, in view of the intergenerational transmission of cultural values and human capital. Our analysis explores 20 strictly quantitative variables, obtained by means of a deep survey of secondary data on the 2,020 members acting during the aforementioned period, taken from the House of Representatives and from the Superior Electoral Court websites. The variables were grouped into 10 individual indicators, which we will refer to herein as behavioral drivers. Then, we used the last name of each member, extracted from the open data made available by the House of Representatives, to categorize them into ancestral groups, based on the classification algorithm. The regression results suggest that, even though there is evidence of the cultural ancestry influence on certain behaviors, with statistically significant results such as Japanese ancestry, which contributes positively to the behavior “Proposer” and Germanic ancestry, which contributes negatively to the behavior “Realizing Proposer,” we cannot categorically conclude that cultural persistence is a determining factor for the Federal Representatives actions, who are greatly influenced by a broad spectrum of political variables. In other words, we reject the hypothesis that parliamentary behavior is influenced by cultural ancestry.

**Keywords:** Immigration. Ancestry. Surnames. Political Behavior. Parliamentary performance

## LISTA DE TABELAS

### **Tabela 1**

Quantidade de observações - quantidade de deputados por ideologia e legislatura

.....36

### **Tabela 2**

Deputados por ancestralidade - quantidade de deputados por ideologia e legislatura

.....37

### **Tabela 3**

Propositor e Propositor realizador – Estatística básica - legislaturas 54, 55 e 56

.....39

### **Tabela 4**

Propositor e Propositor realizador – Estatística básica - legislaturas 54, 55 e 56

.....39

### **Tabela 5**

Propositor e Propositor realizador por ancestralidade - legislaturas 54, 55 e 56

.....39

### **Tabela 6**

Modificador e Modificador realizador – estatística básica - quantidade ajustada média, legislaturas 54, 55 e 56

.....40

### **Tabela 7**

Modificador e Modificador realizador – percentual por tipo - quantidade ajustada média, legislaturas 54, 55 e 56

.....40

### **Tabela 8**

Propositor e Propositor realizador por ancestralidade - quantidade ajustada média, legislaturas 54, 55 e 56

.....41

### **Tabela 9**

Relator e Relator realizador – estatística básica - legislaturas 54, 55 e 56

.....42

### **Tabela 10**

Relator e Relator realizador – percentual por tipo - % por variável e legislatura

.....42

### **Tabela 11**

Relator e Relator realizador – por ancestralidade - quantidade ajustada, legislaturas 54, 55 e 56

.....42

### **Tabela 12**

Fiscalizador e Fiscalizador realizador – estatística básica - legislaturas 54, 55 e 56

.....43

**Tabela 13**

Fiscalizador e Fiscalizador realizador – percentual por tipo - % por variável e legislatura

.....43

**Tabela 14**

Fiscalizador e Fiscalizador realizador por ancestralidade/cor - quantidade ajustada, legislaturas 54, 55 e 56

.....44

**Tabela 15**

Presente em comissões e plenário por ancestralidade/cor – estatística básica - quantidade ajustada, legislaturas 54, 55 e 56

.....45

**Tabela 16**

Presente em comissões e plenário por ancestralidade/cor - quantidade ajustada, legislaturas 54, 55 e 56

.....45

**Tabela 17**

Quantidade percentual Ideologia por ancestralidade/cor - quantidade deputados, legislaturas 54, 55 e 56

.....47

**Tabela 18**

Gênero por ancestralidade/cor - legislaturas 54, 55 e 56

.....50

**Tabela 19**

Gênero por ancestralidade/cor e intervalo de idade - legislaturas 54, 55 e 56

.....50

**Tabela 20**

Indicadores Direcionadores de Comportamento - estatística básica  
Estatística básica indicador e quantidade ajustada dos direcionadores  
legislaturas 54, 55 e 56

.....52

**Tabela 21**

Estimativas Tobit – Variáveis dependentes: Propositor e Propositor Realizador - legislaturas 54, 55 e 56

.....55

**Tabela 22**

Estimativas Tobit – Variáveis dependentes: Modificador e Modificador Realizador - legislaturas 54, 55 e 56

.....56

**Tabela 23**

Estimativas Tobit – Variáveis dependentes: Relator e Relator Realizador - legislaturas 54, 55 e 56

.....57



**Tabela 24**

Estimativas Tobit – Variáveis dependentes: Fiscalizador e Fiscalizador  
Realizador - legislaturas 54, 55 e 56

.....58

**Tabela 25**

Estimativas Tobit – Variáveis dependentes: Presente em Comissões e  
Plenário - legislaturas 54, 55 e 56

.....59

## LISTA DE GRÁFICOS

### Gráfico 1

Índice de Dominância do voto por ancestralidade/cor - quantidade de deputados por legislatura

.....47

### Gráfico 2

Índice de Governismo por ancestralidade/cor - quantidade de deputados, legislaturas 54, 55 e 56

.....48

### Gráfico 3

Percentual e quantidade de deputados por quantidade de mandatos, origem/cor - legislaturas 54, 55 e 56

.....49

# SUMÁRIO

## **1 INTRODUÇÃO ..... 14**

## **2 REVISÃO DE LITERATURA..... 19**

2.1 Imigração Histórica.....19

2.2 Comportamento Sob A Ótica Da Ancestralidade ..... **20**

2.3 Efeitos Políticos Ao Longo Do Tempo..... **23**

2.4 Desempenho Parlamentar..... **25**

## **3 METODOLOGIA..... 30**

3.1 Direcionadores De Comportamento..... **30**

3.2 Variáveis De Controle ..... **33**

3.3 Classificação Dos Sobrenomes..... **33**

3.4 Análise De Regressão..... **33**

## **4 DESCRIÇÃO DOS DADOS.....36**

4.1 Classificação Dos Sobrenomes ..... **36**

4.2 Fatores De Correção ..... **37**

4.3 Direcionadores De Comportamento ..... **38**

4.3.1 Direcionadores Propositor E Propositor Realizador..... **38**

4.3.2 Direcionadores Modificador E Modificador Realizador..... **40**

4.3.3 Direcionadores Relator E Relator Realizador..... **41**

4.3.4 Direcionadores Fiscalizador E Fiscalizador Realizador..... **43**

4.3.5 Direcionadores Presente Em Comissões E Plenário..... **44**

4.4 Variáveis De Controles..... **45**

4.4.1 Dominância Do Voto..... **46**

4.4.2 Ideologia..... **47**

4.4.3 Governismo .....	48
4.4.4 Quantidade De Mandatos.....	<b>49</b>
4.4.5 Variáveis De Características Individuais.....	<b>49</b>

## **5 RESULTADOS DAS REGRESSÕES .....52**

5.1 Direcionador De Comportamento Propositor E Propositor Realizador..	<b>53</b>
5.2 Direcionador De Comportamento Modificador E Modificador Realizador .....	<b>56</b>
5.3 Direcionador De Comportamento Relator E Relator Realizador .....	<b>57</b>
5.4 Direcionador De Comportamento Fiscalizador E Fiscalizador Realizador .....	<b>58</b>
5.5 Direcionador De Comportamento “Presente Em Comissões” E “Presente Em Plenário” .....	<b>59</b>

## **6 CONCLUSÃO .....62**

Referências Bibliográficas.....	<b>64</b>
---------------------------------	-----------

# 1



## 1

**INTRODUÇÃO**

A história do Brasil é marcada por diversas ondas de imigração que trouxeram uma rica mistura de culturas e tradições. No final do século XIX e início do século XX, o país recebeu um grande fluxo de imigrantes, principalmente europeus, que vieram em busca de novas oportunidades e contribuíram significativamente para a formação da sociedade brasileira (Fausto, 1999). As pesquisas voltadas para os resultados socioeconômicos de longo prazo trazidos por este episódio histórico são amplas e comprovam empiricamente a influência da transmissão de valores e de capital humano através das gerações nos resultados contemporâneos. Nos aspectos políticos, a maioria dos pesquisadores analisa os efeitos ideológicos e do comportamento do eleitor, além das atitudes dos atores legislativos, especificamente nas pautas pró ou anti-imigração, como forma de se adequar às demandas dos eleitores.

Neste contexto, nosso trabalho buscará complementar as pesquisas dos efeitos da imigração nos aspectos políticos, identificando se a persistência cultural influencia indicadores quantitativos dos Deputados Federais, hoje. Investigaremos os efeitos culturais de longo prazo dessa imigração em massa, por meio da metodologia de análise dos sobrenomes, nos indicadores direcionadores de comportamento individual atual dos membros da Câmara dos Deputados Federal que estiveram em exercício nos últimos 12 anos, utilizando como base trabalhos como o de Monasterio (2017) e Monasterio e Lopes (2018).

Através desta investigação, esperamos ampliar os estudos que avaliam os efeitos de longo prazo da imigração histórica no Brasil (Carvalho Filho e Colistete, 2010; Stolz et al., 2013; Carvalho Filho e Monasterio, 2012; Rocha et al., 2017; Witzel de Souza, 2018; Droller, 2018) e contribuir no entendimento sobre a formação e transmissão dos valores e crenças individuais ao longo das gerações, já que características culturais estabelecidas em um passado remoto podem

influenciar os desfechos contemporâneos econômicos, educacionais, institucionais, bem como a ideologia de atores políticos (Bisin e Verdier, 2000; Guiso, Sapienza, & Zingales, 2006; Guiso, Sapienza, & Zingales, 2008; Fernández e Fogli, 2009; Acemoglu, Gallego & Robinson, 2014; Guiso, Sapienza, & Zingales, 2016; Alesina, Giuliano, & Nunn, 2013; Power & Rodrigues, 2019; Tabellini, 2020; Sequeira, Nunn, & Qian, 2020; Giuliano e Tabellini, 2020; Viaro, Nakaguma, & Pereira, 2022).

Recentemente os efeitos políticos da imigração vêm sendo mais explorados pela academia, muito em virtude da imigração contemporânea em países da Europa e Estados Unidos. Assim sendo, limitaremos-nos a explorar especificamente os efeitos da imigração histórica no comportamento dos legisladores, utilizando quando necessário a extensa e aprofundada literatura sobre os efeitos socioeconômicos de longo prazo, bem como ideológicos, de capital humano e da interrelação entre cultura e instituições, como forma de justificar ou trazer elementos adicionais para a nossa narrativa.

Nosso trabalho dialoga com os efeitos da persistência cultural ao longo dos tempos. Guiso, Sapienza e Zingales (2016) demonstram que características culturais, como normas, crenças e valores, podem ser extremamente persistentes, mesmo quando as condições econômicas e políticas mudam, acrescentando a importância da transmissão intergeracional de pais para filhos ao longo das gerações. Essa transmissão pode ocorrer tanto dentro das famílias quanto através das comunidades e instituições sociais.

A categorização dos Deputados Federais em grupos ancestrais de origem ibérica e não ibérica foi realizada com base no algoritmo de classificação *fuzzy matching* e *machine learning* descrito por Monasterio (2017). Além disso, o estudo também segue a análise contrafactual apresentada por Monasterio e Lopes (2018) sobre como seria o Brasil sem a imigração não-ibérica. Tais resultados são importantes para a compreensão da influência da imigração na cultura política e na economia brasileira de longo prazo.

Reconhecendo a complexidade do processo decisório no parlamento e as múltiplas influências que afetam os parlamentares, Ames, B. (2001), este estudo foca estritamente em um conjunto de dados quantitativos que, ao serem mapeados e apurados adequadamente, podem reduzir o peso das nuances do processo legislativo. Nossa análise se concentra em aspectos mensuráveis da atividade legislativa de um parlamentar, Praça e Dantas (2012), evitando

entrar em detalhes sobre o mérito e a complexidade das proposições ou nas especificidades do processo legislativo. Este estudo não tem o objetivo de avaliar e criar um *ranking* de desempenho individual do parlamentar, mas sim utilizar os indicadores individuais para estimar efeitos médios, em um nível mais alto de agregação.

Bosley (2007) enfatiza que a avaliação do desempenho parlamentar é um elemento essencial para o fortalecimento do apoio público às instituições. Além disso, essa avaliação desempenha um papel crucial na comunicação da relevância dessas instituições para o processo democrático.

As variáveis quantitativas individuais dos parlamentares foram selecionadas e agrupadas em direcionadores de comportamento, que servirão de indicadores para compreender a influência da ancestralidade dos seus sobrenomes. O trabalho de Dantas (2013) sobre os indicadores de desempenho dos Deputados Federais servirá como referência para a análise do desempenho individual dos parlamentares, enquanto o estudo de Meneguim & Magna (2014) sobre o desempenho do poder legislativo fornecerá uma base adicional para a compreensão do comportamento político individual no contexto brasileiro.

Em seguida, com os dados em mãos, procederemos à análise de regressão, associando os indicadores direcionadores de comportamento parlamentar aos indicadores de ancestralidade dos sobrenomes dos parlamentares, com os devidos controles. Os coeficientes obtidos na análise servirão para avaliar se a cultura ancestral do parlamentar impacta o seu indicador de desempenho. A vantagem dessa abordagem é que ela permite isolar o efeito da ancestralidade nos indicadores de desempenho parlamentar, controlando outras variáveis que também podem influenciar o comportamento dos deputados.

Considerando que os Deputados Federais são eleitos por meio de eleições através do sistema proporcional e não majoritárias, como presidente da República, senadores, governadores e prefeitos, não seria razoável obter um contrafactual pelos percentuais de cada grupo ancestral nos municípios que o elegeram, uma vez que a minoria dos parlamentares é eleita pelos votos diretos recebidos, sendo assim, não representam a vontade da maioria daquela região. Como exemplo, nas eleições de 2018 apenas 5,26% dependeram dos próprios votos para se eleger.



Conforme Santos (1999), o sistema de representação proporcional da forma como está estruturada não incentiva um alinhamento comportamental do legislador voltado à sua base eleitoral. Para ele, este efeito do sistema eleitoral no comportamento é inverso, pois como eles não sabem quem os elegeram e não conhecem as suas preferências, não agirão dentro do Legislativo de maneira a atender preferências de quem não conhecem.

Utilizaremos dados primários de duas fontes: i) do sítio da Câmara dos Deputados, que contém os arquivos por ano e legislatura; ii) do sítio do Tribunal Superior Eleitoral, que contém os arquivos das eleições de 2010, 2014 e 2018. Em ambos os casos os vários arquivos foram acessados diretamente e os tratamentos foram realizados manualmente para o posterior trabalho de cálculos e construções gráficas.

Pelo que sabemos, este é o primeiro trabalho a investigar a influência de longo prazo da imigração histórica em indicadores quantitativos individuais de Deputados Federais, através de uma análise de ancestralidade de sobrenomes. Acreditamos que os nossos resultados podem estimular novas pesquisas sobre os efeitos da imigração e da diversidade cultural na política brasileira, contribuindo para um entendimento mais completo e enriquecedor das dinâmicas sociopolíticas no país e para o debate sobre a influência da imigração na formação da cultura política em outros países. Além disso, pode ajudar a entender melhor como a ancestralidade e a herança cultural podem influenciar a formação de atitudes e comportamentos políticos, seguindo as conclusões apresentadas em Acharya et al. (2016).

O texto está estruturado em seis sessões. A primeira é a introdução, que está focada no objeto de pesquisa e na sua contextualização. A segunda trata da revisão literária da imigração histórica no Brasil e os seus efeitos de longo prazo, do comportamento sob a ótica da ancestralidade, dos efeitos políticos ao longo do tempo e do desempenho parlamentar. A terceira apresenta a metodologia. A quarta a descrição dos dados. A quinta apresenta os resultados principais. A sexta conclui com as considerações finais.

2



## 2

**REVISÃO DE LITERATURA****2.1 Imigração histórica**

Para contribuir com o nosso contexto de persistência cultural, faz-se necessário, mesmo que de forma breve, abordar o período de imigração em massa no Brasil, entre o final do século XIX e início do século XX. Esse período, principalmente após a abolição da escravatura em 1888, foi determinante na formação da sociedade brasileira, que juntamente com a expansão da indústria cafeeira no Sudeste brasileiro demandou por mão de obra assalariada (Nóbrega & Daflon, 2009). Nesse contexto, o governo brasileiro incentivou a imigração não ibérica, através de políticas de atração e subsídios para o transporte e estabelecimento dos imigrantes (Silva & Mueller, 2021).

Em 1872 o Brasil possuía uma população de aproximadamente 10 milhões de habitantes, sendo que deste total 390 mil eram estrangeiros. Nas décadas seguintes, até 1929, o país recebeu algo em torno de 4 milhões de imigrantes. Nesse período o Brasil recebeu povos de diferentes nacionalidades. Dentre os principais grupos, destacam-se os italianos, portugueses, espanhóis, alemães e japoneses, que se estabeleceram principalmente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, onde havia maior demanda por mão de obra e melhores condições de vida (Levy, 1974).

Além de suprir essa demanda, os imigrantes trouxeram consigo conhecimentos técnicos, habilidades e experiências que foram fundamentais para a expansão da indústria, agricultura e comércio. No campo social, a imigração promoveu a miscigenação étnica e cultural, enriquecendo a diversidade brasileira e moldando a identidade nacional (Fausto & Fausto, 2014).

Segundo Pereira (1964) e Versiani (1993), os imigrantes representavam uma parcela significativa da população empresarial e

da força de trabalho industrial no Rio de Janeiro e em São Paulo, que segundo Monasterio e Reis (2008) essa presença esteve associada basicamente à manufatura entre 1872 e 1920, até mesmo com amplos controles estatísticos.

Em 1920, o censo apontava a presença de 5.1% da população como de origem estrangeira ou naturalizada. Eles estavam distribuídos principalmente em São Paulo e na antiga capital, Rio de Janeiro, que eram os principais destinos, representados por 20% no Rio de Janeiro e 18% em São Paulo. A região Sul concentrava em torno de 18% restantes de estrangeiros, com destaque para o Rio Grande do Sul.

Em dezembro de 1930, o Brasil começou a adotar medidas restritivas em relação à imigração internacional. Essas restrições aumentaram ao longo dos anos, culminando na fixação de cotas para a entrada de imigrantes no país, estabelecidas pela Constituição de 1934 e mantidas na Constituição de 1937. Essas políticas buscavam controlar o fluxo migratório e favorecer a assimilação dos imigrantes já presentes no território brasileiro, bem como atender aos interesses políticos e econômicos do período (Patarra, & Fernandes, 2007).

Após esse período, o Brasil recebeu um fluxo de imigrantes cada vez menor, chegando a percentuais insignificantes. O censo de 2010 apontou uma presença de população estrangeira ou naturalizada de apenas 0.23%, porém é fato que o efeito da imigração em massa deixou seu legado ancestral nos sobrenomes das gerações seguintes e é com base nestes sobrenomes que investigaremos o efeito intergeracional da imigração em massa, seguindo metodologia proposta por Monasterio (2017), que detalharemos mais a frente.

O legado dos imigrantes europeus é inegável. Além de contribuírem na formação de comunidades, no desempenho educacional, na industrialização, bem como nos fluxos migratórios internos e na distribuição da população (Carvalho Filho e Colistete, 2010; Cenci et al., 2019; Colistete, 2016; de Carvalho Filho e Monasterio, 2012; Droller, 2018), eles tiveram um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do país (Patarra, 2011; Ribeiro, 2015) e em diversos aspectos, como na culinária, arquitetura, arte, religião e nos valores culturais.

## **2.2 Comportamento sob a ótica da Ancestralidade**

Entender o comportamento atual por meio da ancestralidade, reside na compreensão de que eventos passados, tradições e experiências coletivas moldam a cultura, as crenças e as atitudes das pessoas ao longo do tempo. Esses efeitos intergeracionais podem ter impactos duradouros no comportamento humano, nas instituições, no desenvolvimento social e econômico.

Essa transferência através das gerações é fundamental para entender a persistência de padrões culturais e sua influência em diversas áreas da sociedade, como economia, política e desenvolvimento (Alesina & Giuliano, 2015). Giuliano e Nunn (2021) apresentam uma visão geral da literatura sobre a persistência e a mudança cultural, discutindo as forças subjacentes à transmissão intergeracional de traços culturais e suas implicações para a economia e a sociedade.

A diversidade cultural resultante da imigração histórica pode ser considerada uma fonte de riqueza e inovação, facilitando a troca de conhecimentos, ideias e experiências entre comunidades (Alesina & La Ferrara, 2005). A interação e a integração resultante desse processo tiveram um impacto significativo na evolução da cultura brasileira (Guiso, Sapienza & Zingales, 2006). Ao longo dos séculos, diferentes grupos étnicos e culturais chegaram ao país, moldando a demografia e a cultura brasileira de maneira significativa (Seyferth, 1996).

A relação entre cultura e resultados de longo prazo tem sido um tópico de crescente interesse no campo das ciências sociais e econômicas (Guiso, Sapienza & Zingales, 2006). Pesquisadores têm investigado como os valores culturais e as crenças transmitidas ao longo das gerações influenciam os resultados socioeconômicos e políticos nas sociedades contemporâneas.

Estudos demonstram que a cultura pode ter um impacto duradouro nos padrões de comportamento, nas preferências políticas e nas instituições de uma sociedade (Tabellini, 2010; Alesina & La Ferrara, 2005). Além disso, a cultura também pode afetar a formação e a evolução das instituições sociais e políticas, moldando a maneira como as políticas públicas são desenvolvidas e implementadas (Acemoglu, Johnson & Robinson, 2001). Isso inclui aspectos como políticas redistributivas, seguridade social, taxas de poupança, fertilidade e participação das mulheres no mercado de trabalho formal.

No entanto, é importante notar que a relação entre cultura e resultados de longo prazo possui múltiplos fatores interagindo uns aos

outros, o capital humano pode persistir entre gerações e influenciar o comportamento (Guiso, Sapienza & Zingales, 2006), como, por não ser estático, pode evoluir ao longo do tempo, o que pode levar a mudanças nos resultados socioeconômicos e políticos (Bisin & Verdier, 2000).

A cultura é um dado muito importante para uma análise no longo prazo, segundo Becker (1996), “os indivíduos têm menos controle sobre sua cultura do que sobre outro capital social. Eles não podem alterar sua etnia, raça ou história familiar, e apenas com dificuldade podem mudar de país ou religião. Devido à dificuldade de mudar a cultura e sua baixa taxa de depreciação, a cultura é em grande parte um 'dado' para os indivíduos ao longo de suas vidas.”

Explorando ainda mais esse conceito, faz-se primordial destacar que a maioria dos trabalhos empíricos seguem a definição adotada por Guiso, Sapienza e Zingales (2006), onde a cultura são “os valores e crenças costumeiros que grupos étnicos, religiosos e sociais transmitem sem grandes alterações de geração para geração”. Essa definição enfatiza a importância das tradições e costumes compartilhados por um grupo social e como eles são transmitidos ao longo do tempo, de uma geração para outra.

Em resumo, a cultura desempenha um papel significativo nos resultados de longo prazo, afetando tanto aspectos econômicos quanto sociais e políticos das sociedades (Tabellini, 2010; Alesina & La Ferrara, 2005). Entender essa relação pode ser crucial para a formulação de políticas públicas eficazes e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Como visto, há um vasto escopo de trabalhos empíricos que demonstram como a cultura é uma variável extremamente importante para diversos resultados socioeconômicos de longo prazo, principalmente quando advinda de eventos históricos, como ocorrido no Brasil no final do século XIX e início do século XX, que trouxe uma miscigenação de novos pensamentos, hábitos, tecnologia, conhecimento, educação e comportamento. Esse efeito é mais significativo, quando o país receptor é atrasado e está em plena formação e desenvolvimento, como no caso do Brasil, ainda que estes indivíduos entrantes fossem cidadãos em dificuldades e menos instruídos que os demais em seus países de origem. Borjas, G. J. (1994), destaca, porém, que os efeitos positivos da imigração em massa não são garantidos e podem variar dependendo do contexto e das políticas adotadas pelo país receptor.

## 2.3 Efeitos políticos ao longo do tempo

Apesar do nosso foco se concentrar em investigar a influência da persistência cultural no comportamento individual de atores políticos, especificamente dos parlamentares da Câmara dos Deputados Federal do Brasil, faz-se relevante explorar brevemente a literatura econômica dos efeitos políticos ao longo do tempo, especialmente os trazidos pela imigração, pois nos ajudará a compreender seus reflexos na ideologia, resultados eleitorais, preferências e atitudes políticas na sociedade como um todo.

Recentemente a academia tem se debruçado ainda mais a explorar esse assunto, muito em virtude dos movimentos imigratórios contemporâneos, o que fez aumentar substancialmente as pesquisas, tendo como principal objeto de análise empírica, em sua maioria, os impactos no curto, médio e longo prazo no comportamento dos nativos, sob a ótica da cultura, valores e atitudes individuais, como muito bem explorado por Tabellini (2020) ao analisar sentimento anti-imigração nos Estados Unidos. Especificamente sobre os efeitos políticos, o viés de análise recai sobre a ideologia partidária, atitudes e preferências políticas individuais (Nunn e Wantchekon, 2011; Acharya, 2016; Guiso, Sapienza e Zingales, 2016; Hainmueller e Hopkins, 2014; Alesina et al., 2018a; Dustmann et al., 2019; Halla et al., 2017; Tabellini, 2020).

A mudança do comportamento da população do país receptor, que é a matéria-prima para a eleição dos parlamentares nas democracias modernas, pode levar a mudanças no comportamento de deputados e parlamentares, à medida que eles ajustam suas estratégias políticas, para atrair eleitores preocupados com a imigração, essa relação também é bem explorada na literatura recente focada no comportamento do parlamentar sob a ótica das políticas pró ou anti-imigração (Bateman, Clinton & Lapinski, 2017; Feigenbaum, Palmer & Schmeer, 2019; Tabellini, 2020).

Os imigrantes trouxeram consigo suas tradições e crenças, promovendo ao longo dos anos uma grande diversidade cultural, Giuliano e Tabellini (2020) analisaram os efeitos de longo prazo da

imigração em massa ocorrida nos Estados Unidos entre 1910 e 1930 sob o viés ideológico, e concluíram que a transmissão cultural dos imigrantes europeus para nativos moldou a ideologia e preferências política americana atual e que as evidências são maiores quando há contato intergrupo entre nativos e imigrantes, medido com casamentos mistos ou integração residencial. Isso implica que a imigração em massa pode ter efeitos duradouros e profundos na sociedade, influenciando não apenas a economia, mas também a cultura, as atitudes políticas e as preferências dos nativos.

Alesina e Tabellini (2022), em seu artigo de revisão de literatura sobre o tema, destacam a importância de considerar os múltiplos aspectos da imigração, tanto culturais quanto econômicos, ao analisar os efeitos políticos dessa dinâmica demográfica. A pesquisa procurou entender se os efeitos políticos da imigração na reação dos receptores são mais fortemente influenciados pela cultura dos imigrantes ou pelos fatores econômicos associados à imigração. A conclusão do estudo é que as forças culturais são mais importantes do que as econômicas e sugere que a imigração provoca reações adversas dos nativos e favorece partidos políticos conservadores e de direita. No entanto, os autores sustentam que, em certos casos, as preferências dos nativos podem se inclinar para a esquerda, promovendo maior aceitação da diversidade, quando nativos e imigrantes interagem por um longo período, em condições que sustentam a hipótese de contato, e quando os nativos já possuem atitudes mais liberais inicialmente. Esse processo pode ser acompanhado, e potencialmente intensificado, pela troca mútua de cultura entre os grupos envolvidos em uma ampla gama de resultados políticos e sociais.

A literatura sobre economia política da imigração frequentemente utiliza instrumentos do tipo *shift-share* (Altonji e Card, 1991; Card, 2001). Esses instrumentos combinam a distribuição espacial histórica de assentamentos de diferentes grupos imigrantes com variações temporais na imigração de diferentes países de origem. A lógica por trás do *shift-share* é que, quando novos imigrantes chegam, eles tendem a se estabelecer em áreas onde já existem comunidades étnicas significativas. A premissa fundamental é que o tamanho pré-determinado dessas comunidades étnicas é independente das mudanças nas condições políticas e econômicas locais no momento da chegada dos novos imigrantes.

Para contribuir na identificação de padrões culturais, a literatura tem se beneficiado da confiabilidade e da abrangência de diversas



pesquisas voltadas para a análise das mudanças nos valores e atitudes do cidadão ao longo do tempo, como a *Cooperative Congressional Election Study (CCES)*, que investiga o comportamento eleitoral, as atitudes políticas e as opiniões dos eleitores americanos, a *World Values Survey (WVS)* que é uma rede global de cientistas sociais que realiza pesquisas incluindo política, religião, meio ambiente, trabalho, família, economia, bem-estar e questões sociais e o *Latinobarómetro*, que é uma pesquisa de opinião pública anual realizada na América Latina desde 1995 e que tem como objetivo medir as atitudes, valores e percepções dos cidadãos em 18 países da América Latina (Giuliano e Tabellini, 2020; Alesina e Giuliano, 2015; Guiso, Sapienza e Zingales, 2006; Viaro, Nakaguma e Pereira, 2022).

Voltando a atenção para o Brasil, recentemente Viaro, Nakaguma e Pereira (2022) analisaram os impactos de longo prazo trazidos pela imigração histórica no Brasil nas preferências políticas brasileiras, demonstrando que as diferenças culturais, tradições cívicas e experiências políticas trazidas pelos imigrantes exercem efeitos significativos no capital social e na ideologia política atual.

As evidências de médio prazo demonstraram que os municípios com maior participação de imigrantes aumentaram a votação em candidatos filiados a partidos de esquerda e, no longo prazo, os efeitos sobre a ideologia apontaram que os eleitores destes municípios são mais propensos a apoiar representantes mais liberais. Além do comportamento ideológico dos eleitores, eles investigaram os efeitos desta transmissão intergeracional de capital humano no longo prazo e, utilizando variáveis da Pesquisa Latinobarômetro, identificaram que no longo prazo os cidadãos destes municípios tendem a apoiar mais a democracia, confiar nos vizinhos, confiar nas instituições, além de demonstrar satisfação com o desempenho atual do governo.

O interesse do nosso estudo não é se aprofundar em questões ideológicas e de comportamento do eleitor nas mais distintas variáveis culturais e nem nos reflexos destes comportamentos nas atitudes dos legisladores, o que pretendemos é investigar se o comportamento de atores políticos é influenciado pela transmissão cultural intergeracional de seus antepassados e faremos isso através da ancestralidade dos sobrenomes como *proxies* para essa transmissão cultural no longo prazo.

## 2.4 Desempenho parlamentar

Nossa análise se concentra em aspectos mensuráveis da atividade legislativa dos Deputados Federais do Brasil, evitando entrar em detalhes sobre o mérito e a complexidade das proposições ou nas especificidades do processo decisório. Sem pretender avaliar o desempenho individual dos parlamentares.

Navegar pelos estudos que abordam os desempenhos individuais dos parlamentares, bem como o desempenho do poder legislativo, mesmo não sendo o foco do nosso trabalho, é relevante a partir do momento em que os nossos indicadores direcionadores de comportamento dialogam com metodologias quantitativas de desempenho individual, e as variáveis que influenciam o desempenho do sistema legislativo podem contribuir para controlar nossos resultados. Optamos em não nos aprofundar na literatura sobre ciclos políticos, pois estes estudos trazem maior relação com os cargos executivos em todos os níveis, demonstrando a influência do período eleitoral nos gastos do governo com a saúde, política fiscal e orçamentários como um todo.

O chamado presidencialismo de coalizão caracteriza o sistema político brasileiro, composto por elementos presidencialistas, multipartidários e de representação proporcional. Alguns pesquisadores no assunto acreditam que essa combinação tem alto poder de causar insegurança (Abranches, 1988; Ames, 2001; Anastasia, 2004; Pereira & Mueller, 2004). Outros argumentam que existem mecanismos capazes de equilibrar a relação entre os poderes (Figueiredo & Limongi, 2007; Inácio e Rennó, 2009; Melo & Câmara, 2012). Este equilíbrio é essencial para o funcionamento saudável da democracia, permitindo uma relação harmônica entre os diferentes poderes e garantindo a representatividade dos diversos partidos e grupos políticos na tomada de decisões importantes para a nação.

Abranches (1998) destaca que no presidencialismo de coalizão é de fundamental relevância que o presidente busque alianças para garantir governabilidade no Congresso Nacional, devido à fragmentação partidária e à falta de maioria absoluta. Os Deputados Federais estão expostos a essas influências no processo decisório afetando a maneira como exercem suas funções. Pereira e Mueller (2003) sustentam que tanto as variáveis exógenas, como o sistema eleitoral, quanto as endógenas, como a centralidade do processo decisório no legislativo, influenciam as decisões. Já para Figueiredo e

Limongi (2007) a influência endógena da estrutura partidária no processo de tomada de decisão deve ser levada em consideração.

Dentro desse contexto, a avaliação do desempenho de um parlamentar é um componente crucial da democracia, com implicações significativas para a eficácia da formulação de políticas públicas, a representação dos eleitores e para a confiança no sistema político como um todo. No entanto, entender e compreender o que constitui esse desempenho é uma tarefa complexa que requer uma compreensão abrangente do processo legislativo, do sistema político e da dinâmica sociopolítica.

A função de um Deputado Federal é fundamental no sistema político e representativo, atuando como intermediário pelos interesses da população de seu estado ou região. Os parlamentares debatem, emendam e votam leis e projetos de lei que beneficiem a sociedade como um todo ou atendam às demandas específicas de sua base eleitoral (Figueiredo & Limongi, 1999; Amorim Neto & Santos, 2003), fiscalizam e acompanham a aplicação dos recursos públicos, bem como o funcionamento dos órgãos do poder executivo, cobrando eficiência, transparência e responsabilidade na gestão pública (Pereira & Mueller, 2002).

Em síntese, podemos então concluir que há inúmeras variáveis que orbitam a atividade legislativa e direcionam o desempenho do parlamentar, incluindo bases eleitorais, partidos políticos, lideranças parlamentares, coalizões governamentais, mídia e opinião pública, regras e procedimentos legislativos, conhecimento técnico, contexto político, econômico e social, além do *lobby* de setores econômicos e empresas.

Meneguín e Inácio (2014) destacam um conjunto de fatores que devem ser considerados na avaliação do desempenho de legislativos, como a representatividade nas instâncias decisórias, o controle da agenda legislativa e os procedimentos de votação, bem como sua força influenciadora na relação externa. Em analogia, estes fatores influenciam a eficiência, eficácia e efetividade do trabalho do parlamentar, incluindo aspectos como a produção legislativa, o controle e a fiscalização do Executivo, e a representatividade política e segundo Queiroz (2021), que descreve e analisa os principais *rankings* de políticos brasileiros, não há uma metodologia que seja ideal e que englobe todas as dimensões da atuação de um parlamentar, porém

tem-se o desafio de reduzir ou eliminar a subjetividade para que o resultado seja o menos influenciado possível.

Bosley (2007) enfatiza que a avaliação do desempenho parlamentar através de métodos confiáveis e consistentes é uma ferramenta importante para promover a transparência, a responsabilidade e a prestação de contas dos parlamentares perante seus eleitores e a sociedade em geral, além de apresentar informações relevantes sobre a qualidade da representação política, a efetividade da legislação, a participação cidadã e a governança democrática, permitindo desenvolver a melhoria do sistema parlamentar.

Segundo Dantas (2013) a melhor forma de avaliar o desempenho de um parlamentar é através de indicadores quantitativos, replicáveis em diferentes parlamentos, simples, relativo à realidade de cada parlamento, abrangente, objetivo, classificatório, com periodicidade mínima de um semestre e máxima de um mandato. Ainda segundo o autor, qualquer critério que não seja sustentado por dados quantitativos, estará sempre sujeito a questionamentos e desconfiança. Esses indicadores estarão distribuídos em cinco grupos de variáveis de comportamento com as seguintes características: Legislador, Fiscalizador, Transparente, Gestor e Coerente.

Não pretendemos aqui aperfeiçoar ou mesmo entrar no debate sobre as melhores formas de se avaliar o desempenho de um parlamentar, muito menos criar um novo *ranking*<sup>1</sup>, mas sim utilizar estes estudos como insumo para a nossa análise do comportamento do parlamentar através da ancestralidade dos sobrenomes, e verificar dentro da metodologia aplicada se, conforme Guiso, Sapienza e Zingales (2016), as características culturais, como normas, crenças e valores, podem ser extremamente persistentes, mesmo quando as condições econômicas e políticas mudam, acrescentando a importância da transmissão intergeracional de pais para filhos e através das gerações.

---

<sup>1</sup> Queiroz (2021), analisa os principais métodos de ranqueamento de políticos no Brasil e elabora uma revisão bibliográfica muito robusta sobre o tema.

# 3



# 3

## METODOLOGIA

Para investigar se a persistência cultural deste episódio histórico de imigração influencia indicadores de comportamento de parlamentares no Brasil, calculamos 20 variáveis estritamente quantitativas e as agrupamos em direcionadores de comportamentos individuais dos Deputados Federais, trabalhando com dados públicos obtidos do site da Câmara dos Deputados e do Tribunal Superior Eleitoral. Utilizamos os dados da classificação por origem dos sobrenomes para categorizá-los em grupos ancestrais de origem ibérica, italiana, japonesa, alemã, leste europeia e sírio libanesa (Monasterio, 2017).

A metodologia quantitativa utilizou como inspiração o trabalho de Dantas (2013), mas com alguns ajustes que julgamos importantes para o objetivo da nossa pesquisa e que, como já pontuamos, não tem o intuito de criar, aperfeiçoar ou criticar as diversas formas de avaliação de desempenho parlamentar.

Em relação à fonte dos dados, achamos interessante focar apenas em informações disponibilizadas através de arquivos nos respectivos *sites*, por entendermos ser a forma mais acessível para a população em geral, com isso, os direcionadores de comportamento são resultados de informações estritamente obtidas dos dados abertos da Câmara dos Deputados e de alguns cruzamentos com dados do Tribunal Superior Eleitoral.

As variáveis quantitativas individuais que compõem os nossos direcionadores foram calculadas por legislatura, compreendendo a legislatura 54 (fevereiro de 2011 a janeiro de 2015), a legislatura 55 (fevereiro de 2015 a janeiro de 2019) e a legislatura 56 (fevereiro de 2019 a janeiro de 2023).

### 3.1 Direcionadores de Comportamento

Dado que não pretendemos avaliar o mérito nem a complexidade das proposições ou as especificidades do processo decisório, os direcionadores individuais foram calculados através da seleção de variáveis, para cada legislatura, ajustando o quantitativo de cada parlamentar de acordo com algumas premissas. Como muitas vezes os parlamentares assumem mandatos como suplentes em meio à legislatura e isso ocorre com bastante frequência e por diversos motivos, resolvemos, como primeira premissa de ajuste para a nossa pesquisa, normalizar os resultados pelos dias de exercício, excluindo aqueles com menos de 90 dias. Como segunda premissa aplicamos uma correção para as presenças em reuniões de comissões permanentes, a fim de ajustar os casos em que uma comissão se reúne com menos frequência que outras. Depois os quantitativos foram agrupados para a análise dos resultados através dos direcionadores de comportamento de cada parlamentar e normalizados entre 0 e 1, como segue:

1. **Propositor:** Este é o nosso primeiro direcionador e está associado à iniciativa do parlamentar em apresentar novas proposições. Ele será calculado pela soma do total das quantidades das variáveis: projetos de lei ordinária (PL), projetos de emenda constitucional (PEC) e projetos de lei complementar (PLP) de autoria de cada deputado.
2. **Modificador:** Este direcionador diz respeito à ação do parlamentar em tentar contribuir com alguma alteração em uma proposição já em andamento, alinhada às suas estratégias. Será calculado pela soma do total das quantidades das variáveis: votos em separado (VTS), substitutivo (SBT), complementação de voto (CVO, CVR), emendas na comissão (EMC), emendas em plenário (EMP), emendas de relator (EMR), emenda ao substitutivo (ESB), emenda ao substitutivo do senado (EMS), emenda substitutiva de plenário (ESP) e subemendas (SBE, SBR) apresentadas por cada parlamentar.
3. **Relator:** Caracteriza aquele parlamentar que é influenciador direto no andamento de uma proposição, através de seu parecer técnico sobre determinada proposta no decorrer da tramitação. Esse direcionador será calculado pela soma do total das quantidades das variáveis, parecer de comissão (PAR), parecer às emendas apresentadas ao substitutivo do relator (PES), parecer proferido em plenário (PPP), parecer do relator (PRL), parecer preliminar de plenário (PRLP), parecer do relator parcial (PRP) e redação final (RDF) proferido por cada parlamentar.

4. Relator realizador: Aqui o comportamento do parlamentar relator (item 3) é direcionado para um perfil realizador, partindo da premissa que ele obteve sucesso na aprovação de seu parecer técnico sobre a proposta. Obteremos esse resultado calculando a soma do total das quantidades das mesmas variáveis do direcionador relator (item 3), mas considerando apenas aquelas que foram aprovadas.
5. Modificador realizador: Seguindo o mesmo raciocínio acima, direcionamos o comportamento do parlamentar “Modificador” (item 2) para um perfil também realizador, partindo da premissa que ele obteve sucesso na aprovação de sua intervenção de alteração na proposta em tramitação. Obteremos esse resultado calculando a soma do total das quantidades das mesmas variáveis do direcionador “Modificador” (item 2), mas considerando apenas aquelas que foram aprovadas.
6. Propositor realizador: Ainda na mesma linha de um comportamento realizador, neste indicador o perfil do parlamentar propositor (item 1) é também associado aos casos em que a sua iniciativa obteve aprovação. Obteremos esse resultado calculando a soma do total das quantidades das mesmas variáveis do direcionador propositor (item 1), mas neste caso, consideramos as iniciativas que foram efetivamente transformadas em normas jurídicas ou que aguardam apreciação do Senado.
7. Fiscalizador: Caracterizado pela atribuição do parlamentar de estar atento ao trabalho do Poder Executivo. Esse direcionador será calculado pela soma do total das quantidades das variáveis, proposta de fiscalização e controle (PFC), pedidos de informação ao Tribunal de Contas da União (SIT), convocações de membros do poder executivo (REQ) e requerimento de solicitações de informações (RIC), de autoria de cada parlamentar.
8. Fiscalizador realizador: Seguindo a mesma lógica dos demais realizadores, aqui registramos o perfil do parlamentar “Fiscalizador” (item 7) aos casos em que a sua iniciativa obteve aprovação.
9. Presente em plenário: Neste direcionador, o comportamento está associado à assiduidade diante dos seus compromissos nas reuniões deliberativas de plenário.
10. Presente em comissões: Assiduidade nas reuniões deliberativas das comissões permanentes e em comissões especiais. Esse direcionador será calculado através do total da quantidade de presenças nestes encontros por cada parlamentar.



### 3.2 Variáveis de Controle

A inclusão das variáveis de controle no nosso modelo de regressão é crucial para reduzir o risco de que variáveis de confusão enviesem as estimativas do impacto da ancestralidade. Diante disso, incluímos no nosso processo de investigação, com base em uma série de cruzamento de dados públicos de fontes já mencionadas anteriormente, fatores políticos que possam ter impacto tanto na herança quanto no comportamento político do indivíduo: (i) “Dominância do voto”, (ii) “Ideologia”: esquerda e não esquerda, (iii) “Quantidade de mandatos”, (iv) “Governismo”: governo ou oposição. Acrescentamos no nosso modelo mais três variáveis: (i) “Idade”, (ii) “Gênero” e (iii) “Região geográfica”. Os direcionadores de comportamento serão calculados por legislatura (54, 55 e 56). O processo de construção dessas variáveis políticas será melhor descrito na próxima seção.

### 3.3 Classificação dos sobrenomes

Cada parlamentar foi classificado com base no algoritmo descrito no trabalho *Surnames and ancestry in Brazil* (Monasterio, 2017) utilizando o seu último sobrenome como referência, de acordo com os dados disponíveis no site da Câmara dos Deputados do Brasil. O algoritmo foi desenvolvido com base em dados históricos, incluindo informações de diversas fontes, como amostras do Museu da Imigração, dados sobre o tráfico de escravos e registros censitários, sendo capaz de fazer a correspondência entre sobrenomes e ancestralidades únicas, determinando a sua origem por meio de correspondência exata, levando em consideração suas variações por meio de *fuzzy matching* e *machine learning*.

### 3.4 Análise de regressão

Finalmente, para testar a correlação entre ancestralidade e comportamento parlamentar, estimamos regressões econométricas no modelo Tobit, pacote CensReg do *software R*, pois como nem todos os parlamentares se engajam em todas os direcionadores de comportamento, a nossa base possui observações com valor zero para as variáveis dependentes:

$$Y_i = \alpha + \beta_1(\text{ancestralidade}) + \beta_2(\text{número da legislatura}) + \beta X_i + \varepsilon_i$$

Onde  $Y_i$  são as medidas do comportamento do deputado  $i$  listadas na seção anterior. Nossa variável de interesse é a ancestralidade, que será avaliada por legislatura e  $X$  é um vetor de controles individuais listados na seção anterior e que cobrem características relevantes do comportamento individual no ambiente político, que detalharemos mais adiante. A análise dos conjuntos dos resultados dessas regressões indicará se o comportamento parlamentar é influenciado pela ancestralidade cultural.

# 4



# 4 DESCRIÇÃO DOS DADOS

Nessa seção exploraremos a descrição das nossas variáveis dependentes com seus respectivos quantitativos, a classificação dos sobrenomes por ancestralidade, as variáveis de controle que serão aplicadas na nossa regressão e a forma como os dias em exercício de cada parlamentar foram utilizados para correção dos quantitativos.

Nossa base de observação considera todos aqueles que estiveram em exercício por mais de 90 dias corridos em cada uma das três legislaturas analisadas, 54, 55 e 56, quer sejam titulares ou suplentes, sendo assim, teremos 2.020 Deputados Federais (tabela1).

Nos casos em que o parlamentar trocou de partido e essa mudança envolveu alteração do espectro ideológico (direita, centro e esquerda), seu comportamento será avaliado de maneira distinta em linha com suas movimentações ao longo da legislatura. A variável “Ideologia” será detalhada mais adiante.

**Tabela 1:** Quantidade de observações – quantidade de deputados por ideologia e legislatura

legislatura		centro	direita	esquerda	All
54	N	83	403	209	695
	% row	11,9	58,0	30,1	100,0
55	N	89	422	179	690
	% row	12,9	61,2	25,9	100,0
56	N	57	431	147	635
	% row	9,0	67,9	23,1	100,0
All	N	229	1256	535	2020
	% row	11,3	62,2	26,5	100,0

Fonte: Elaboração própria

## 4.1 Classificação dos sobrenomes

Buscando uma maior abrangência, foi feita uma reclassificação, conforme Monasterio(2017), combinando as informações de cor/raça dos 2.020 parlamentares com a estimada pelo algoritmo e com isso, a classificação de sobrenomes foi feita apenas para os brancos e

amarelos, respeitando a auto identificação de cor/raça quando declarado sendo preta, parda e indígena. Ao final, focamos com as seguintes categorias de ancestralidade/cor: ibérica (IBR), japonesa (JPN), italiana (ITA), germânica (GER), leste europeia (EAS), sírio libanesa (SLB), preta (BLK), parda (MXD) e indígena (NAT), conforme tabela 2. Como existem casos em que o candidato altera seu entendimento de cor/raça entre eleições, optamos em considerar a primeira autodeclaração da eleição vencida pelo candidato para o nosso período analisado.

**Tabela 2:** Deputados por ancestralidade – quantidade de deputados por ideologia e legislatura

legislatura		BLK	EAS	GER	IBR	ITA	JPN	MXD	NAT	SLB	All
54	N	26	9	28	444	82	12	69	0	25	695
	% row	3,7	1,3	4,0	63,9	11,8	1,7	9,9	0,0	3,6	100,0
55	N	22	5	23	432	78	10	93	0	27	690
	% row	3,2	0,7	3,3	62,6	11,3	1,4	13,5	0,0	3,9	100,0
56	N	25	8	27	389	71	7	91	1	16	635
	% row	3,9	1,3	4,3	61,3	11,2	1,1	14,3	0,2	2,5	100,0
All	N	73	22	78	1265	231	29	253	1	68	2020
	% row	3,6	1,1	3,9	62,6	11,4	1,4	12,5	0,0	3,4	100,0

Fonte: Elaboração própria

## 4.2 Fatores de Correção

Na apuração dos direcionadores de cada parlamentar, utilizamos um fator de correção pelos dias efetivos em exercício, a fim de buscar uma normalização importante para a finalidade da nossa análise. Com base na data de entrada e saída de cada deputado como membro titular ou suplente das comissões deliberativas, no decorrer de cada legislatura, atribuímos o indicador 1 para aquele parlamentar com mais dias efetivos e os demais proporcionalmente.

Outra correção utilizada e que será aplicada adicionalmente apenas no direcionador “Presente em comissões”, é o da quantidade de reuniões destas comissões deliberativas, seguindo premissa semelhantes do fator de dias, a comissão que teve mais eventos/reuniões recebeu o indicador 1 e as demais foram classificadas proporcionalmente.

Todos os quantitativos foram ajustados seguindo essa premissa e, feito isso, foi atribuído o valor 1 ao parlamentar com a maior quantidade e aos demais entre 0 e 1 de forma proporcional.

### **4.3 Direcionadores de Comportamento**

Como já destacado anteriormente, nossa amostra comportamental está lastreada em aspectos estritamente quantitativos, não nos cabendo avaliar os méritos das iniciativas, nem os interesses políticos que envolvem a gestão de um governo e muito menos debater sobre o nosso presidencialismo de coalizão.

Os direcionadores estão ancorados em algumas das principais funções de um Deputado Federal, como a apresentação, análise e aprovação de projetos de lei, emendas, fiscalização do executivo, até sua participação efetiva nas reuniões de comissões e plenário, conforme explicado na seção anterior. As nossas variáveis foram quantificadas e agrupadas em cada direcionador, utilizando as autorias como premissa de associação individual, lembrando que uma mesma proposição pode ter mais de um autor, logo o quantitativo que será apresentado não está diretamente relacionado à quantidade de proposições e sim autorias.

A soma das quantidades individuais, que será detalhada a seguir, estará sempre associada com a variável legislatura, respeitando o início e o fim do ciclo legislativo. Os direcionadores serão demonstrados em duplas para uma melhor visualização dos dados, devido ao perfil comportamental complementar entre as variáveis, onde uma está associada ao indivíduo de muitas iniciativas e a outra aquele que a realiza, salvo no direcionador “Presente em comissões” e “Presente em plenário”.

#### **4.3.1 Direcionadores Propositor e Propositor realizador**

As autorias de projetos associadas a três variáveis que compõem esse indicador, formarão o quantitativo de cada indivíduo e esse é o nosso primeiro conjunto de direcionadores comportamentais. As variáveis analisadas para o comportamento “Propositor” e “Propositor realizador”, são os projetos de lei ordinária (PL), projetos de emenda constitucional (PEC) e projetos de lei complementar (PLP). O quantitativo para todo o período analisado, 11 anos, é de 53.529 autorias para o direcionador “Propositor” e de 2.964 autorias para o “Propositor realizador”. Aqui é possível se ter uma ideia geral da grande diferença

quantitativa entre a iniciativa propriamente dita (“Propositor”) e aquela que de fato emplaca, sendo ou transformada em norma jurídica, ou pendente de análise do Senado (“Propositor realizador”). As tabelas 3 e 4 descrevem melhor estes dados, o agrupamento por ancestralidade/cor consta da tabela 5 e no gráfico 1, a evolução da média ajustada por grupo ancestral e legislatura.

**Tabela 3:** Propositor e Propositor realizador – Estatística Básica – legislaturas 54, 55 e 56

Statistic	Propositor		Propositor realizador	
	Qtde	Qtde ajustada	Qtde	Qtde ajustada
Mean	26	32	1	2
Median	13	16	1	1
1st Quartile (Q1)	5	6	0	0
3rd Quartile (Q3)	30	36	2	2
Min	0	0	0	0
Max	680	767	19	25
Qtde Total	53.529	63.776	2.964	3.382
Obs/Deputados	2.020	2.020	2.020	2.020

Fonte: Elaboração própria.

**Tabela 4:** Propositor e Propositor realizador – Estatística Básica – legislaturas 54, 55 e 56

legislatura	Propositor			Propositor realizador		
	%PEC	%PL	%PLP	%PEC	%PL	%PLP
54	4,7	90,0	5,3	9,1	89,1	1,8
55	3,5	32,1	4,4	5,5	92,6	2,0
56	9,1	87,1	3,8	26,2	64,1	9,7

Fonte: Elaboração própria.

**Tabela 5:** Propositor e Propositor realizador por ancestralidade – legislaturas 54, 55 e 56

Estatística	Propositor									Propositor realizador								
	BLK	EAS	GER	IBR	ITA	JPN	MXD	NAT	SLB	BLK	EAS	GER	IBR	ITA	JPN	MXD	NAT	SLB
Mean	35	24	34	32	30	56	29	49	28	2	1	2	2	2	3	1	4	2
Median	22	6	14	16	17	28	14	49	17	1	0	0	1	1	1	0	4	1
1st Quartile (Q1)	10	2	7	6	7	8	6	49	9	0	0	0	0	0	0	0	4	0
3rd Quartile (Q3)	41	26	41	36	34	69	35	49	35	2	2	3	2	2	5	1	4	2
Min	0	0	0	0	0	0	0	49	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0
Max	204	153	319	767	240	245	302	49	182	12	10	8	25	15	16	10	4	13
Qtde Total	2.588	520	2.645	40.302	6.911	1.628	7.263	49	1.870	140	29	126	2.184	395	87	294	4	123
% Qtde Total	4	1	4	63	11	3	11	0	3	4	1	4	65	12	3	9	0	4
Obs/Deputados	73	22	78	1.264	231	29	253	1	68	73	22	78	1.265	231	29	253	1	68
%Obs/Deputados	4	1	4	63	11	1	13	0	3	4	1	4	63	11	1	13	0	3

Fonte: Elaboração própria.

### 4.3.2 Direcionadores Modificador e Modificador realizador

Os comportamentos “Modificador” e “Modificador realizador” dos parlamentares, agrupados nesse direcionador, é composto por 11 principais variáveis representativas das sugestões de alterações às proposições em andamento no parlamento e que juntas geram uma amostra de 250.720 autorias o “Modificador” e 154.190 para o “Modificador realizador”. Essas variáveis são identificadas pelos votos em separado (VTS), substitutivos (SBT), complementações de voto (CVO), contestações ao voto do relator (CVR), emendas na comissão (EMC), emendas em plenário (EMP), emendas de relator (EMR), emendas ao substitutivo (ESB), emendas substitutivas de plenário (ESP), subemendas (SBE) e subemendas de relator (SBR). As tabelas 6 e 7 e detalham os quantitativos e nos trazem informações das estatísticas básicas gerais e a 8 o agrupamento por grupo ancestral/cor.

**Tabela 6:** Modificador e Modificador realizador – estatística básica – quantidade ajustada média – legislaturas 54, 55 e 56

Statistic	Modificador		Modificador realizador	
	Qtde	Qtde ajustada	Qtde	Qtde ajustada
Mean	124	139	76	86
Median	74	88	37	44
1st Quartile (Q1)	26	37	13	17
3rd Quartile (Q3)	175	190	87	100
Min	0	0	0	0
Max	1.895	1.947	1.711	1.758
Qtde Total	250.720	281.420	154.190	173.216
Obs/Deputados	2.020	2.020	2.020	2.020

Fonte: Elaboração própria.

**Tabela 7:** Modificador e Modificador realizador – percentual por tipo – quantidade ajustada média – legislaturas 54, 55 e 56

legislatura	Modificador											Modificador realizador										
	% CVO	% CVR	% EMC	% EMP	% EMR	% ESB	% ESP	% SBE	% SBR	% SBT	% VTS	% CVO	% CVR	% EMC	% EMP	% EMR	% ESB	% ESP	% SBE	% SBR	% SBT	% VTS
54	0,9	0,0	73,3	8,6	5,1	3,4	0,2	0,6	0,2	5,3	2,5	1,2	0,0	78,5	7,7	4,5	0,1	0,2	0,0	0,0	5,4	2,5
55	0,7	0,0	82,2	3,1	4,0	2,5	0,0	0,0	1,1	4,6	1,8	1,7	0,0	69,2	8,9	5,8	0,7	0,0	0,0	0,7	9,5	3,5



56	0,2	0,0	83,2	11,9	1,0	0,4	0,0	0,0	0,3	2,5	0,5	0,2	0,0	82,8	13,9	0,7	0,1	0,0	0,0	0,1	1,8	0,4
----	-----	-----	------	------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------	------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: Elaboração própria.

**Tabela 8:** Propositor e Propositor realizador por ancestralidade – quantidade ajustada média, legislaturas 54, 55 e 56

Estatística	Propositor									Propositor realizador								
	BLK	EAS	GER	IBR	ITA	JPN	MXD	NAT	SLB	BLK	EAS	GER	IBR	ITA	JPN	MXD	NAT	SLB
Mean	35	24	34	32	30	56	29	49	28	2	1	2	2	2	3	1	4	2
Median	22	6	14	16	17	28	14	49	17	1	0	0	1	1	1	0	4	1
1st Quartile (Q1)	10	2	7	6	7	8	6	49	9	0	0	0	0	0	0	0	4	0
3rd Quartile (Q3)	41	26	41	36	34	69	35	49	35	2	2	3	2	2	5	1	4	2
Min	0	0	0	0	0	0	0	49	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0
Max	204	153	319	767	240	245	302	49	182	12	10	8	25	15	16	10	4	13
Qtde Total	2.588	520	2.645	40.302	6.911	1.628	7.263	49	1.870	140	29	126	2.184	395	87	294	4	123
% Qtde Total	4	1	4	63	11	3	11	0	3	4	1	4	65	12	3	9	0	4
Obs/Deputados	73	22	78	1.264	231	29	253	1	68	73	22	78	1.265	231	29	253	1	68
%Obs/Deputados	4	1	4	63	11	1	13	0	3	4	1	4	63	11	1	13	0	3

### 4.3.3 Direcionadores Relator e Relator realizador

A iniciativa em analisar e propor parecer a uma matéria, que representa um comportamento influenciador na tramitação das proposições em geral, está quantificado por sete variáveis associadas a esse perfil. Na nossa amostra as variáveis parecer de comissão (PAR), parecer às emendas apresentadas ao substitutivo do relator (PES), parecer proferido em plenário (PPP), parecer do relator (PRL), parecer preliminar de plenário (PRLP), parecer do relator parcial (PRP) e redação final (RDF), proferido por cada parlamentar, representam um total de 61.202 relatorias, onde aproximadamente 85% referem-se ao parecer do relator (PRL).

O “Propositor realizador”, seguindo a mesma premissa dos direcionadores anteriores, é o parlamentar que além de ter relatado uma proposição, conseguiu com que seu parecer fosse aprovado, sendo assim um influenciador realizador. A amostra é de 35.786 relatorias que tiveram seu parecer aprovado. As tabelas 9 e 10 demonstram as estatísticas básicas desses direcionadores, a tabela 11 a relação das quantidades e das amostras por grupo ancestral/cor.

**Tabela 9:** Relator e Relator realizador – estatística básica – legislaturas 54, 55 e 56

Statistic	Relator		Relator realizador	
	Qtde	Qtde ajustada	Qtde	Qtde ajustada
Mean	30	34	18	20
Median	13	15	10	11
1st Quartile (Q1)	4	5	3	4
3rd Quartile (Q3)	30	33	23	26
Min	0	0	0	0
Max	3.526	3.526	367	374
Qtde Total	61.202	67.869	35.786	40.349
Obs/Deputados	2.020	2.020	2.020	2.020

Fonte: Elaboração própria

**Tabela 10:** Relator e Relator realizador – percentual por tipo - % por variável e legislatura

legislatura	Relator						Relator realizador					
	%PES	%PPP	%PRL	%PRLP	%PRP	%RDF	%PES	%PPP	%PRL	%PRLP	%PRP	%RDF
54	0,2	2,1	85,3	0,0	0,0	12,4	0,2	3,2	77,0	0,0	0,0	19,6
55	0,1	2,5	88,5	0,0	0,0	8,8	0,2	4,0	80,9	0,0	0,0	14,9
56	0,2	5,2	80,4	5,2	0,0	9,0	0,3	9,4	68,0	8,3	0,0	14,0

Fonte: Elaboração própria

**Tabela 11:** Relator e Relator realizador – por ancestralidade – quantidade ajustada, legislaturas 54, 55 e 56

Estatística	Relator									Relator realizador								
	BLK	EAS	GER	IBR	ITA	JPN	MXD	NAT	SLB	BLK	EAS	GER	IBR	ITA	JPN	MXD	NAT	SLB
Mean	22	20	22	33	37	35	41	42	41	17	16	17	21	21	26	15	21	33
Median	16	11	13	15	16	17	12	42	24	11	7	11	12	12	12	9	21	20
1st Quartile (Q1)	5	3	4	5	5	7	4	42	7	4	4	4	4	4	7	3	21	5
3rd Quartile (Q3)	35	32	32	36	33	31	23	42	46	23	28	23	27	26	26	19	21	35
Min	0	0	0	0	0	0	0	42	0	0	0	0	0	0	0	0	21	0
Max	119	97	156	3.526	1.887	207	2.604	42	445	107	70	103	374	225	124	184	21	338
Qtde Total	1.639	445	1.732	41.158	8.660	1.004	10.371	42	2.817	1.207	344	1.302	25.974	4.778	748	3.766	21	2.211
% Qtde Total	2	1	3	61	13	1	15	0	4	3	1	3	64	12	2	9	0	5
Obs/Deputados	73	22	78	1.265	231	29	253	1	68	73	22	78	1.265	231	29	253	1	68
%Obs/Deputados	4	1	4	63	11	1	13	0	3	4	1	4	63	11	1	13	0	3

Fonte: Elaboração própria

#### 4.3.4 Direcionadores Fiscalizador e Fiscalizador realizador

A fiscalização do Poder Executivo é uma das iniciativas que competem ao parlamentar e na nossa pesquisa, para efeitos quantitativos e de associação a um comportamento, elencamos quatro variáveis que abrangem este tipo de perfil dentro do nosso processo legislativo, com isso, a amostra analisada é de 21.513 autorias para o perfil “Fiscalizador” e 933 autorias aprovadas para o “Fiscalizador realizador”. As variáveis aqui analisadas são as propostas de fiscalização e controle (PFC), pedidos de informação ao poder executivo (SIT), convocações de membros do poder executivo (REQ do tipo requerimento de convocação) e requerimento de informações (RIC). A tabela 12 e 13 detalham melhor a nossa amostra e a tabela 14 agrupa por grupo de ancestralidade/cor.

**Tabela 12:** Fiscalizador e Fiscalizador realizador -estatística básica – legislaturas 54, 55 e 56

Statistic	Fiscalizador		Fiscalizador realizador	
	Qtde	Qtde ajustada	Qtde	Qtde ajustada
Mean	11	12	0	1
Median	1	2	0	0
1st Quartile (Q1)	0	0	0	0
3rd Quartile (Q3)	6	6	0	0
Min	0	0	0	0
Max	881	898	83	85
Qtde Total	21.513	23.677	933	1.024
Obs/Deputados	2.020	2.020	2.020	2.020

Fonte: Elaboração própria

**Tabela 13:** Fiscalizador e Fiscalizador realizador – percentual por tipo - % por variável e legislatura

legislatura	Fiscalizador				Fiscalizador realizador			
	%PFC	%SIT	%REQ	%RIC	%PFC	%SIT	%REQ	%RIC
54	3,8	1,0	11,4	83,7	45,2	4,2	2,0	48,6
55	5,5	0,7	11,8	82,0	63,1	7,2	3,9	25,8
56	1,7	0,3	21,2	76,8	35,3	2,6	12,3	49,9

Fonte: Elaboração própria

**Tabela 14:** Fiscalizador e Fiscalizador realizador – por ancestralidade/cor – quantidade ajustada, legislaturas 54, 55 e 56

Estatística	Fiscalizador									Fiscalizador realizador								
	BLK	EAS	GER	IBR	ITA	JPN	MXD	NAT	SLB	BLK	EAS	GER	IBR	ITA	JPN	MXD	NAT	SLB
Mean	16	4	10	11	10	19	17	22	11	0	0	0	1	0	0	1	2	0
Median	1	1	2	2	1	2	1	22	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0
1º quartil	0	0	0	0	0	0	0	22	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
3º quartil	5	2	8	7	9	9	5	22	7	0	0	0	0	0	0	0	2	0
Min	0	0	0	0	0	0	0	22	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
Max	231	67	96	517	175	185	898	22	151	7	0	2	45	17	4	85	2	6
Qtde Total	1.185	98	760	13.649	2.316	540	4.359	22	749	28	0	17	657	101	12	178	2	29
% Qtde Total	5	0	3	58	10	2	18	0	3	3	0	2	64	10	1	17	0	3
Obs/Deputados	73	22	78	1.265	231	29	253	1	68	73	22	78	1.265	231	29	253	1	68
%Obs/Deputados	4	1	4	63	11	1	13	0	3	4	1	4	63	11	1	13	0	3

Fonte: Elaboração própria

### 4.3.5 Direcionadores Presente em Comissões e Plenário

O compromisso de estar presente no ambiente legislativo, em seus principais espaços de debates, é uma premissa profissional básica no dia a dia da nossa política. As principais decisões e direcionamentos acontecem presencialmente, na troca de ideias, opiniões, articulações e poder de influências. Obviamente que esse parâmetro é importante para compor o nosso grupo de direcionadores comportamentais e representa a assiduidade do deputado na arena democrática, quer seja nas comissões deliberativas ou em plenário.

Levantamos todas as reuniões deliberativas de comissões permanentes, especiais e de plenário para associar a quantidade de presenças nestes eventos a cada parlamentar. Nos casos das comissões permanentes e especiais, além dos dias em exercício, foi feito um ajuste pelas quantidades de reuniões de cada comissão, a fim de garantirmos a igualdade entre seus membros. O direcionador “Presente em

comissões” gerou uma amostra de 427.339 presenças por evento. Já no “Presente em plenário” levantamos 924.984 presenças por evento. As tabelas 15 e 16 exploram melhor estes dados.

**Tabela 15:** Presente em comissões e plenário por ancestralidade/cor – estatística básica – quantidade ajustada, legislaturas 54, 55 e 56

Statistic	Comissões		Plenário	
	Qtde	Qtde ajustada	Qtde	Qtde ajustada
Mean	214	379	458	545
Median	179	317	492	527
1st Quartile (Q1)	102	202	397	482
3rd Quartile (Q3)	278	461	560	615
Min	1	1	16	101
Max	3.343	5.685	751	2.920
Qtde Total	427.339	758.189	924.984	1.101.292
Obs/Deputados	2.020	2.020	2.020	2.020

Fonte: Elaboração própria

**Tabela 16:** Presente em comissões e plenário por ancestralidade/cor – quantidade ajustada, legislaturas 54, 55 e 56

Estatística	Comissões									Plenário								
	BLK	EAS	GER	IBR	ITA	JPN	MXD	NAT	SLB	BLK	EAS	GER	IBR	ITA	JPN	MXD	NAT	SLB
Mean	368	283	357	396	328	541	356	1.006	321	556	535	525	548	539	560	537	507	561
Median	336	296	307	326	307	455	292	1.006	285	532	516	524	526	535	532	518	507	540
1º quartil	219	225	199	205	181	276	181	1.006	210	489	498	482	481	481	488	478	507	502
3º quartil	424	331	418	474	428	593	419	1.006	395	605	585	606	620	608	614	591	507	636
Min	68	130	85	1	31	142	8	1.006	7	307	384	178	101	119	447	188	507	323
Max	1.368	548	1.349	5.685	1.112	1.593	2.727	1.006	920	847	716	764	2.920	1.014	754	1.092	507	977
Qtde Total	26.840	NA	NA	NA	NA	15.688	NA	1.006	21.854	40.606	11.775	40.951	692.617	124.623	16.239	135.812	507	37.162
% Qtde Total	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	4	1	4	63	11	1	12	0	3
Obs/Deputados	73	21	77	1.251	228	29	250	1	68	73	22	78	1.265	231	29	253	1	68
%Obs/Deputados	4	1	4	63	11	1	13	0	3	4	1	4	63	11	1	13	0	3

Fonte: Elaboração própria

## 4.4 Variáveis de controles

Para trazer robustez na nossa regressão, detalharemos as variáveis políticas utilizadas no nosso processo de investigação, a fim de que a ancestralidade seja isolada, assegurando que as correlações observadas sejam verdadeiras e não o resultado de fatores políticos omitidos. Ao fazer isso, nosso modelo ganha precisão e confiabilidade, fornecendo *insights* mais claros sobre a persistência e relevância da ancestralidade cultural no cenário político de hoje.

#### 4.4.1 Dominância do voto

A geografia do voto e como ele influencia o comportamento político é um tema de muita pesquisa no meio acadêmico e sua composição gera diferentes incentivos para a atuação parlamentar (Ames, 2003). Aqueles deputados com elevada concentração de votos nos principais redutos eleitorais, que mais contribuem para a votação total, são considerados dominantes e tendem a focar sua atenção a levar recursos para estas localidades em detrimento de um alto volume de produção legislativa, em contrapartida, os não dominantes tendem a marcar posição política por meio de um maior engajamento na produção legislativa (Carvalho, 2003).

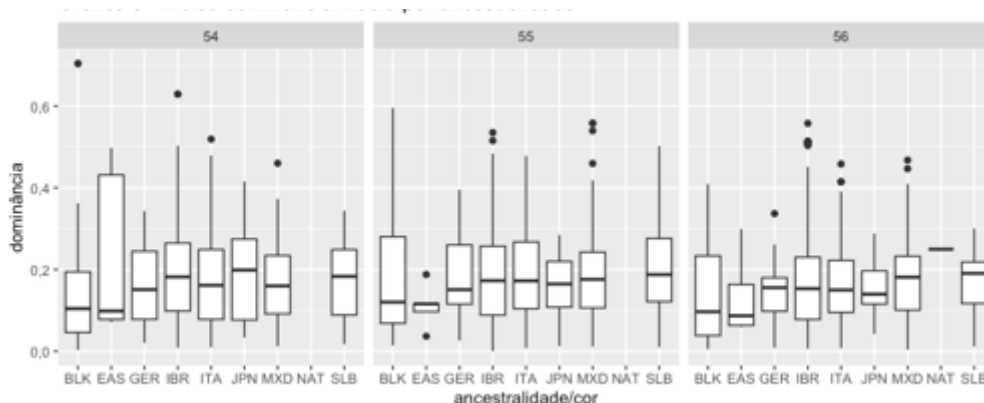
Sendo assim, a “Dominância do voto” será um dos nossos fatores políticos incluídos no modelo de regressão e para o cálculo de cada candidato, utilizaremos o conceito de Ames (2003), considerando todos os municípios onde o candidato obteve pelo menos um voto. Diversos estudos e pesquisas sucederam-se desde o pioneirismo de Barry Ames, mas para a nossa investigação, a equação tradicional de Ames (2003) atende de forma adequada:

$$D_i^{mun} = \sum_{j=1}^n \left( \frac{V_{ij}}{P_j} \cdot \frac{V_{ij}}{V_i} \right)$$

Onde  $V_{ij}$  é o total de votos do candidato  $i$  no município  $j$ ;  $P_j$  é o total de votos válidos para deputados no município  $j$ ;  $V_i$  é o total de votos obtidos pelo deputado  $j$  em todo o estado, e  $n$  é o total de municípios onde o deputado teve votação. As ancestralidades/cor "NAT" e "SLB" possuem as maiores medianas, indicando que, em média, possuem um índice de “Dominância do voto” mais elevado. A ancestralidade/cor "BLK" apresenta uma maior variação no índice, em

contrapartida, as origens/cor "IBR" e "MXD" indicam uma distribuição de dados com menor variação. As origens/cor "GER", "ITA" e "JPN" possuem valores mais consistentes, com pouca variação e sem outliers. O gráfico 1 abaixo demonstra o comportamento da distribuição do indicador de “Dominância do voto” por ancestralidade/cor.

**Gráfico 1:** Índice de Dominância do Voto por Ancestralidade/Cor-quantidade deputados por legislatura



Fonte: Elaboração própria

#### 4.4.2 Ideologia

É relevante apontar que, conforme Carvalho (2003), existe uma influência da ideologia partidária no comportamento do parlamentar e os partidos de esquerda tendem a priorizar políticas de tomada de posição e produção legislativa, enquanto os de centro e direita vão na linha de um comportamento menos abrangente e mais focado em seus redutos eleitorais.

Partindo dessa premissa, categorizamos por ideologia de esquerda, centro e direita, os 46 partidos pelos quais os parlamentares estiveram envolvidos ao longo do período, utilizando como referência o estudo de Bolognesi (2022), atribuindo (1) para a ideologia de esquerda e (0) não-esquerda. Nos casos em que o parlamentar trocou de partido e essa mudança envolveu alteração do espectro ideológico (direita, centro e esquerda), seu comportamento será avaliado de maneira distinta em linha com suas movimentações ao longo da legislatura.

**Tabela 17:** Quantidade percentual Ideologia por Ancestralidade/Cor – quantidade deputados, legislaturas 54, 55 e 56

Ideologia		BLK	EAS	GER	IBR	ITA	JPN	MXD	NAT	SLB
centro	%col	8,2	22,7	11,5	12,8	7,8	10,3	8,7	100,0	4,4
Direita	%col	38,4	59,1	56,4	63,7	65,8	51,7	58,9	0,0	72,1
Esquerda	%col	53,4	18,2	32,1	23,5	26,4	37,9	32,4	0,0	23,5
All	%col	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria

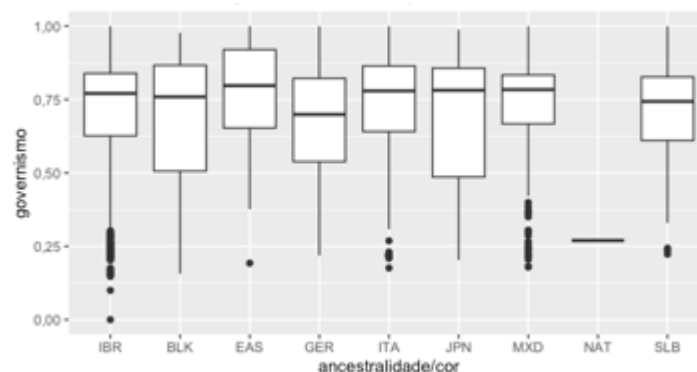
### 4.4.3 Governismo

O presidencialismo de coalizão, no qual o nosso sistema político está inserido, exige do presidente, mesmo pertencendo a um partido específico, formar alianças governamentais com vários partidos para assegurar a governabilidade. Esse movimento causa um impacto direto na formação estrutural e de influência na atividade legislativa, estimulando comportamentos em direção a interesses convergentes.

Como apontado por Inácio (2011), os deputados da coalizão do governo tendem a concentrar seus esforços políticos em direção a sua base eleitoral. Por outro lado, aqueles que estão fora do bloco de coalizão direcionam suas estratégias para uma maior marcação de posição na arena legislativa, o que, em tese, irá proporcionar uma maior produtividade na elaboração de leis.

Com base nas votações de plenário, onde o líder do governo manifestou a orientação de voto como “sim”, atribuímos a cada parlamentar um indicador proporcional a esse alinhamento governista, para o total de votações em que ele esteve presente. Os casos em que o parlamentar votou não, ou se absteve, foi considerado como contra o Governo. O gráfico 2 nos traz informações do comportamento dessa variável por grupo ancestral/cor.

**Gráfico 2:** Índice governismo médio por ancestralidade





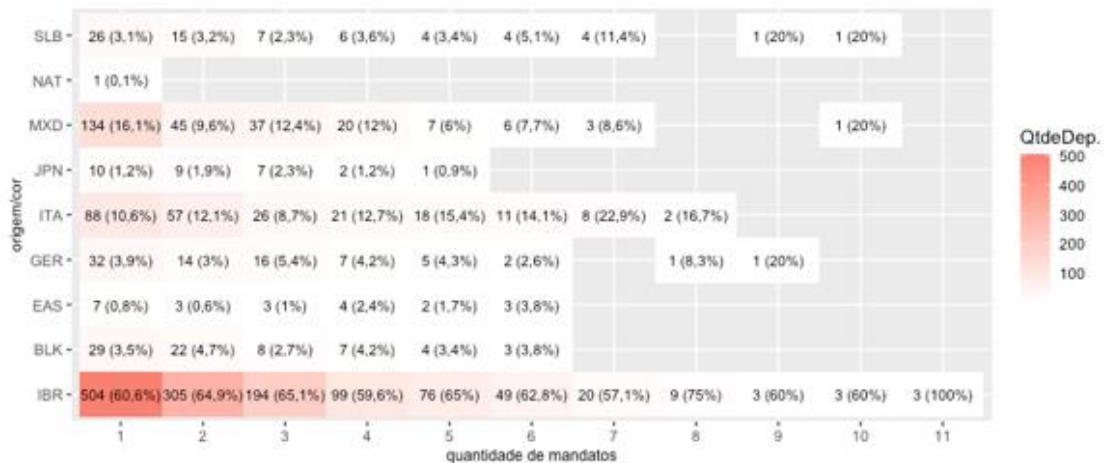
Fonte: Elaboração própria

A mediana para a maioria das categorias de origem/cor está acima de 0,75, indicando que o índice de “Governismo” é geralmente alto para o período analisado. A categoria com maior variação no índice de “Governismo” é a origem/cor "BLK", dado o comprimento da caixa e a presença de *outliers* na parte inferior. As ancestralidades/cor "IBR", "MXD", e "NAT", possuem uma menor variação nos índices de “Governismo”, já a origem/cor "SLB" possui o índice de “Governismo” mais estável, com o menor intervalo interquartil.

#### 4.4.4 Quantidade de mandatos

A experiência tende a influenciar o comportamento e espera-se que o parlamentar com o maior número de mandatos possua uma característica mais voltada para a sua base eleitoral e menos propositiva em números absolutos, haja vista o entendimento melhor das complexidades do processo legislativo, sendo mais pragmático em suas escolhas. Aqui trataremos essa situação com a variável “Quantidade de mandatos” do deputado. O gráfico 3 demonstra a distribuição por grupo ancestral/cor dessa variável.

**Gráfico 3:** Percentual e quantidade de deputados por quantidade de mandatos, origem/cor



Fonte: Elaboração própria.

#### 4.4.5 Variáveis de características individuais

Compondo nosso *roll* de variáveis, acrescentaremos a idade que o deputado possuía no início do ano legislativo para cada legislatura analisada, o gênero, a região do Estado em que nasceu e a cor/raça autodeclarada no pleito eleitoral e neste caso específico, quando o parlamentar teve um novo entendimento de cor/raça na eleição

seguinte, arbitramos como verdadeira a primeira declaração do pleito em que ele foi eleito.

Conforme mencionado anteriormente, combinamos as informações de cor/raça dos 2.020 parlamentares com a estimada pelo algoritmo de classificação de sobrenomes, desta forma, a classificação original de cor/raça quando declarada sendo preta, parda e indígena foi respeitada na classificação dos sobrenomes por grupo ancestral, conforme a tabela 18 abaixo. A tabela 19 nos mostra este agrupamento por intervalo de idade e gênero.

**Tabela 18:** Gênero por ancestralidade/cor – legislaturas 54, 55 e 56

Genero		IBR	BLK	EAS	GER	ITA	JPN	MXD	NAT	SLB	All
F	N	141	14	3	3	15	9	25	1	10	221
	%row	63,8	6,3	1,4	1,4	6,8	4,1	11,3	0,5	4,5	100,0
M	N	1124	59	19	75	216	20	228	0	58	1799
	%row	62,5	3,3	1,1	4,2	12,0	1,1	12,7	0,0	3,2	100,0
All	N	1265	73	22	78	231	29	253	1	68	2020
	%row	62,6	3,6	1,1	3,9	11,4	1,4	12,5	0,0	3,4	100,0

Fonte: Elaboração própria

**Tabela 19:** Gênero por ancestralidade/cor e intervalo de idade – legislaturas 54, 55 e 56

Intervalo Idade		P										M									
		IBR	BLK	EAS	GER	ITA	JPN	MXD	NAT	SLB	IBR	BLK	EAS	GER	ITA	JPN	MXD	NAT	SLB	All	
20-30	N	8	1	0	0	1	0	0	0	0	47	2	0	7	3	1	9	0	0	79	
	%row	10,1	1,3	0,0	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	59,5	2,5	0,0	8,9	3,8	1,3	11,4	0,0	0,0	100,0	
30-40	N	34	2	0	1	1	0	3	0	0	211	4	3	8	32	0	33	0	4	336	
	%row	10,1	0,6	0,0	0,3	0,3	0,0	0,9	0,0	0,0	62,8	1,2	0,9	2,4	9,5	0,0	9,8	0,0	1,2	100,0	
40-50	N	36	6	0	2	5	0	12	1	0	267	19	3	14	43	3	67	0	12	490	
	%row	7,3	1,2	0,0	0,4	1,0	0,0	2,4	0,2	0,0	54,5	3,9	0,6	2,9	8,8	0,6	13,7	0,0	2,4	100,0	
50-60	N	34	1	2	0	8	4	4	0	5	344	23	6	27	87	5	81	0	21	652	
	%row	5,2	0,2	0,3	0,0	1,2	0,6	0,6	0,0	0,8	52,8	3,5	0,9	4,1	13,3	0,8	12,4	0,0	3,2	100,0	
60-70	N	23	2	0	0	0	4	5	0	5	188	11	1	16	44	7	31	0	17	354	
	%row	6,5	0,6	0,0	0,0	0,0	1,1	1,4	0,0	1,4	53,1	3,1	0,3	4,5	12,4	2,0	8,8	0,0	4,8	100,0	
70-80	N	4	2	1	0	0	1	1	0	0	54	0	6	3	6	4	7	0	3	92	
	%row	4,3	2,2	1,1	0,0	0,0	1,1	1,1	0,0	0,0	58,7	0,0	6,5	3,3	6,5	4,3	7,6	0,0	3,3	100,0	
80-90	N	2	0	0	0	0	0	0	0	0	13	0	0	0	1	0	0	0	1	17	
	%row	11,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	76,5	0,0	0,0	0,0	5,9	0,0	0,0	0,0	5,9	100,0	
All	N	141	14	3	3	15	9	25	1	10	1124	59	19	75	216	20	228	0	58	2020	
	%row	7,0	0,7	0,1	0,1	0,7	0,4	1,2	0,0	0,5	55,6	2,9	0,9	3,7	10,7	1,0	11,3	0,0	2,9	100,0	

Fonte: Elaboração própria



# 5



## 5 RESULTADOS DAS REGRESSÕES

As variáveis dependentes analisadas possuem a característica de truncamento à esquerda (no zero), em virtude do próprio perfil do direcionador, haja visto que nem todos os deputados apresentam ou se engajam em todos os direcionadores de comportamento. Elaboramos diversos testes de regressão linear e logarítmica, como também utilizando clusters para os parlamentares, tanto pela quantidade absoluta, quanto normalizado de 0 a 1. Por fim, apresentaremos os resultados calculados em indicadores de 0 a 1 para as variáveis de interesse, utilizando a regressão Tobit. A tabela 20 apresenta a média dos direcionadores normalizados de 0 a 1.

**Tabela 20:** Indicadores Direcionadores de Comportamento – estatística básica – Estatística básica indicador e quantidade ajustada dos direcionadores legislaturas 54,55 e 56

Direcionador	Indicador					
	Mean	Median	1º quartil	3º quartil	Min	Max
<b>Propositor</b>	0,0621	0,0372	0,0152	0,0764	0,0000	1,0000
<b>Propositor realiz.</b>	0,0912	0,0415	0,0000	0,1246	0,0000	1,0000
<b>Modificador</b>	0,1280	0,0974	0,0453	0,1786	0,0000	1,0000
<b>Modificador realiz.</b>	0,0919	0,0744	0,0314	0,1286	0,0000	1,0000
<b>Relator</b>	0,0116	0,0054	0,0017	0,0117	0,0000	1,0000
<b>Relator realiz.</b>	0,0673	0,0362	0,0121	0,0836	0,0000	1,0000

<b>Fiscalizador</b>	0,0190	0,0023	0,0000	0,0094	0,0000	1,0000
<b>Fiscalizador realiz.</b>	0,0156	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	1,0000
<b>Presença plenário</b>	0,7151	0,8000	0,6244	0,8961	0,0301	1,0000
<b>Presença Comissões</b>	0,1771	0,1030	0,0548	0,2573	0,0000	1,0000

Fonte: Elaboração própria.

Nosso estudo aborda uma visão inovadora sobre comportamento parlamentar ao avaliar, juntamente com fatores clássicos de influência de engajamento legislativo, se a transferência cultural de gerações ancestrais que migraram para o nosso país, também é influenciadora de comportamento dos Deputados Federais para o conjunto de direcionadores nos dias de hoje.

As nossas dez variáveis dependentes, resultado de um agrupamento de outras 20 variáveis, foram estruturadas a partir dos cruzamentos de inúmeras informações de dados abertos da Câmara dos Deputados e do TSE, onde exploramos aspectos quantitativos relevantes da atividade parlamentar. Os indicadores foram calculados para 2.020 deputados em um espaço temporal de 11 anos.

Os resultados serão apresentados a cada dois direcionadores, em virtude da sua harmonia funcional no dia a dia do parlamento, além de facilitar a visualização de comportamentos complementares. Nossas variáveis de controle estão distribuídas nos modelos 1, 2 e 3.

O modelo 1 trará as variáveis “Legislatura”, “Idade”, “Gênero”, “Região geográfica” e “Quantidade de mandatos”. Depois introduzimos a ancestralidade/cor, representada no nosso modelo 2, onde a variável de referência é a origem ibérica (IBR) e por fim, no modelo 3 entramos com as variáveis políticas “Dominância do voto”, “Ideologia” e “Governismo”. Daremos atenção as variáveis sobre ancestralidade, avaliando se as políticas estão em linha com as pesquisas na área.

Omitiremos da visualização das tabelas as variáveis “Legislatura”, “Região geográfica” e “Gênero” para uma melhor leitura dos dados.

## 5.1 Direcionador de Comportamento Propositor e Propositor realizador

A origem dos legisladores pode influenciar suas chances de serem mais "Propositor" ou "Propositor realizador" e o efeito varia

dependendo da origem, sendo estatisticamente significativo em alguns casos e em outros não, possuindo assim uma característica não generalizada.

Neste nosso primeiro grupo de direcionadores, a ancestralidades/cor "JPN", em comparação com o ibérico, aumenta a média da variável "Propositor" no modelo 2 em aproximadamente +42,9%, com nível de significância de 5% e após a inclusão das variáveis políticas, a correlação diminui, mas continua representativa com uma tendência de +36,76% na média da variável dependente, significativa ao nível de 10%. A origem GER, apresenta uma tendência negativa no modelo 3 para o direcionador "Propositor", mas sua estatística é ainda mais significativa no direcionador "Propositor realizador" do modelo 3, em 5% de significância, impulsionando a média do direcionador negativamente em -36,38%.

A cor parda, classificada aqui como origem MXD, tem níveis elevados de significância de 1% no direcionador "Propositor realizador", tanto no modelo 2 quanto no modelo 3, com efeito negativo na média da variável dependente de -32,81%, no modelo 3.

A quantidade de mandatos, outra variável do nosso modelo, gerou um resultado em linha com o apresentado por Tavares (2008), que demonstra uma relação de tendência negativa entre quantidade de mandatos e apresentação de projetos, o que no nosso caso está representado no direcionador "Propositor", com tendência negativa nos três modelos. Sendo assim, sugere que mais mandatos está associado a uma diminuição na quantidade total de projetos.

As demais variáveis políticas como "Dominância do voto" e "Governismo", apresentaram resultados estatisticamente significativos para o direcionador "Propositor", com tendência negativa sobre a variável dependente, como apontado por Ames (2003) e Carvalho (2013), respectivamente. A variável "Ideologia" indica resultados estatisticamente significativos e conforme Inácio (2011), impulsionando positivamente o direcionador "Propositor".

As variáveis políticas que carregaram correlações estatisticamente significativas para o direcionador "Propositor realizador", foram as de "Governismo" e "Ideologia", ambas significativas em 1% e, negativa no caso da de "Governismo" e positiva para "Ideologia". Com os resultados encontrados, não podemos ser assertivos em acreditar que o comportamento dos deputados de origens diferentes das ibéricas (IBR) são influenciados pela ancestralidade

cultural, apesar de identificarmos alguns comportamentos estatisticamente significativos.

**Tabela 21:** Estimativas Tobit – Variáveis dependentes: Propositor e Propositor Realizador – legislaturas 54, 55 e 56

	Propositor			Propositor realizador		
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
<b>Idade</b>	0,000*	0,000*	0,000*	-0,001**	-0,001**	-0,001***
	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,001)	(0,001)	(0,000)
<b>Qtde mandatos</b>	-0,003**	-0,003*	-0,003**	0,003	0,003	0,002
	(0,001)	(0,001)	(0,001)	(0,004)	(0,004)	(0,003)
<b>origem_BLK</b>		0,004	-0,002		0,021	-0,006
		(0,010)	(0,010)		(0,027)	(0,026)
<b>origem_EAS</b>		-0,029	-0,027		-0,095*	-0,088
		(0,019)	(0,019)		(0,055)	(0,054)
<b>origem_GER</b>		-0,011	-0,017*		-0,049*	-0,065**
		(0,011)	(0,010)		(0,029)	(0,028)
<b>origem_ITA</b>		-0,004	-0,005		0,005	0,002
		(0,007)	(0,006)		(0,017)	(0,017)
<b>origem_JPN</b>		0,035**	0,030*		0,057	0,037
		(0,017)	(0,016)		(0,044)	(0,043)
<b>origem_MXD</b>		-0,004	-0,005		-0,051***	-0,059***
		(0,006)	(0,006)		(0,017)	(0,017)
<b>origem_NAT</b>		-0,016	-0,043		-0,015	-0,046
		(0,087)	(0,011)		(0,029)	(0,028)
<b>origem_SLB</b>		-0,002	-0,003		0,019	0,018
		(0,011)	(0,011)		(0,029)	(0,028)
<b>Dominancia voto</b>			-0,038**			-0,026
			(0,017)			(0,046)
<b>Ideologia: esquerda</b>			0,010**			0,073***
			(0,005)			(0,012)
<b>governismo</b>			-0,083***			-0,121***
			(0,010)			(0,027)
<b>Num. Obs.</b>	2020	2020	2020	2020	2020	2020
<b>AIC</b>	-3627,8	-3620,5	-3712,9	938,5	936,1	856,5
<b>BIC</b>	-3566,1	-3513,9	-3589,4	1000,2	1042,7	979,9

\*p < 0,1, \*\* p < 0,05, \*\*\* p < 0,01

Fonte: Elaboração própria

## 5.2 Direcionador de Comportamento Modificador e Modificador realizador

As variáveis de ancestralidade/cor da tabela 21, trouxeram resultados estatisticamente significativos para os grupos ancestrais/cor “BLK”, “GER” e “EAS” no modelo 2 do direcionador “Modificador”, sendo que o “EAS” ainda mantém nível de significância no modelo 3. Em relação ao “Modificador realizador”, apenas o grupo ancestral/cor “BLK” possui correlação positiva ao nível de significância de 10% no modelo 2.

A presença da variável “Quantidade de mandatos”, “Ideologia” e “Governismo” continua ainda bem marcante e significativa. Destacando a relevância estatística ao nível de 1% para “Governismo” e sua correlação negativa tanto para o “Modificador”, quanto para o “Modificador realizador”. No caso da “Ideologia”, indo no sentido oposto, correlacionando positivamente os dois direcionadores ao nível de significância de 1%.

**Tabela 22:** Estimativas Tobit – Variáveis dependentes: Modificador e Modificador Realizador – legislaturas 54, 55 e 56

	Modificador			Modificador realizador		
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
<b>Idade</b>	0,001** (0,000)	0,001** (0,000)	0,000 (0,000)	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)	0,000** (0,000)
<b>Qtde mandatos</b>	0,006*** (0,002)	0,006*** (0,002)	0,005*** (0,002)	0,003** (0,002)	0,003** (0,002)	0,003** (0,002)
<b>origem_BLK</b>		0,035** (0,015)	0,015 (0,014)		0,021* (0,011)	0,010 (0,011)
<b>origem_EAS</b>		-0,050* (0,027)	-0,044* (0,025)		-0,029 (0,020)	-0,025 (0,019)
<b>origem_GER</b>		0,029* (0,015)	0,015 (0,014)		0,004 (0,011)	-0,003 (0,011)
<b>origem_ITA</b>		0,006 (0,023)	0,004 (0,022)		0,002 (0,017)	0,001 (0,017)
<b>origem_JPN</b>		0,032 (0,023)	0,020 (0,022)		0,005 (0,017)	-0,002 (0,017)
<b>origem_MXD</b>		-0,002 (0,009)	-0,007 (0,008)		0,001 (0,006)	-0,002 (0,006)
<b>origem_NAT</b>		0,044 (0,121)	-0,001 (0,014)		0,026 (0,011)	0,006 (0,011)
<b>origem_SLB</b>		0,004 (0,015)	0,001 (0,014)		-0,001 (0,011)	-0,002 (0,011)
<b>Dominancia voto</b>			-0,031 (0,023)			0,003 (0,018)
<b>Ideologia: esquerda</b>			0,052*** (0,006)			0,031*** (0,005)
<b>governismo</b>			-0,148*** (0,014)			-0,070*** (0,011)



Num. Obs.	2020	2020	2020	2020	2020	2020
AIC	-2544,9	-2544,6	-2804,0	-3484,9	-3475,3	-3591,9
BIC	-2483,2	-2438,0	-2680,6	-3423,2	-3368,7	-3468,4

\*p< 0,1, \*\* p< 0,05, \*\*\* p<0,01

Fonte: Elaboração própria

### 5.3 Direcionador de Comportamento Relator e Relator realizador

Como já abordamos anteriormente, a ancestralidade pode trazer influências para alguns direcionadores, mas não a ponto de afirmarmos que são determinantes de fato do comportamento. A tabela 22 apresenta os resultados para os perfis de parlamentares que relatam proposições e além de relatarem, conseguem que seus pareceres sejam aprovados.

**Tabela 23:** Estimativas Tobit – Variáveis dependentes: Relator e Relator Realizador – legislaturas 54, 55 e 56

	Relator			Relator realizador		
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
<b>Idade</b>	0,000 (0,000)	0,000 (0,000)	0,000 (0,000)	0,000 (0,000)	0,000 (0,000)	0,000 (0,000)
<b>Qtde mandatos</b>	0,001 (0,001)	0,001 (0,001)	0,001 (0,001)	0,001 (0,002)	0,001 (0,002)	0,001 (0,002)
<b>origem_BLK</b>		-0,004 (0,006)	-0,004 (0,006)		-0,017 (0,013)	-0,021 (0,013)
<b>origem_EAS</b>		-0,007 (0,011)	-0,007 (0,011)		-0,026 (0,023)	-0,026 (0,023)
<b>origem_GER</b>		-0,005 (0,006)	-0,006 (0,006)		-0,016 (0,013)	-0,018 (0,013)
<b>origem_ITA</b>		0,002 (0,004)	0,001 (0,004)		-0,004 (0,008)	-0,005 (0,008)
<b>origem_JPN</b>		0,001 (0,010)	0,000 (0,010)		0,013 (0,020)	0,011 (0,020)
<b>origem_MXD</b>		0,005 (0,004)	0,005 (0,004)		-0,011 (0,008)	-0,013* (0,008)
<b>origem_NAT</b>		0,006 (0,049)	0,007 (0,050)		0,005 (0,105)	0,013 (0,105)
<b>origem_SLB</b>		0,003 (0,006)	0,003 (0,006)		0,048*** (0,013)	0,049*** (0,013)
<b>Dominancia voto</b>			0,000 (0,010)			-0,048** (0,021)
<b>Ideologia: esquerda</b>			0,002 (0,003)			0,014** (0,006)
<b>governismo</b>			0,000 (0,006)			0,003 (0,013)
<b>Num. Obs.</b>	2020	2020	2020	2020	2020	2020
<b>AIC</b>	-5325,2	-5316,8	-5311,6	-2383,3	-2388,7	-2394,8
<b>BIC</b>	-5266,5	-5210,2	-5188,1	-2321,6	-2282,1	-2271,4

\*p< 0,1, \*\* p< 0,05, \*\*\* p<0,01

Fonte: Elaboração própria

No perfil “Relator” não há uma única variável estatisticamente significativa e no caso do “Relator realizador” temos duas variáveis correlacionadas com a nossa variável dependente, a origem “SLB” com um nível de significância de 1%, tendendo positivamente a média do direcionador em aproximadamente 51,8%. Outra variável correlacionada e ainda de forma positiva, é a “Ideologia”, apontando uma característica de “Relator realizador” para os deputados de esquerda. A “Dominância do voto” sugere uma correlação negativa no direcionador “Relator realizador”, ao nível de significância de 5%, assim como o grupo de ancestralidade/cor “MXD” no modelo3, ao nível de significância de 10%.

## 5.4 Direcionador de Comportamento Fiscalizador e Fiscalizador realizador

Os resultados dos direcionadores demonstrados na tabela 23, estão ancorados no ato de fiscalizar o poder executivo e em virtude desse viés, seria de se esperar que a variável “Governismo” tivesse uma relação negativa com esse perfil de direcionador, o que se mostra comprovado na significância estatística ao nível de 1% em ambos os direcionadores, o mesmo comportamento apresentado pela variável “Quantidade de mandatos” para o “Fiscalizador realizador”.

Sobre a origem/cor, tivemos um resultado de significância em 5% para o “BLK”, com uma correlação positiva para o direcionador “Fiscalizador” quando se comparado ao ibérico (IBR).

**Tabela 24:** Estimativas Tobit – Variáveis dependentes: Fiscalizador e Fiscalizador Realizador – legislaturas 54, 55 e 56

	Fiscalizador			Fiscalizador realizador		
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
<b>Idade</b>	-0,001 (0,001)	-0,001 (0,001)	-0,001 (0,001)	0,001** (0,000)	0,001** (0,000)	0,001** (0,000)
<b>Qtde mandatos</b>	0,003 (0,004)	0,003 (0,004)	0,002 (0,004)	-0,013*** (0,002)	-0,013*** (0,002)	-0,013*** (0,002)
<b>origem_BLK</b>		0,070** (0,029)	0,064** (0,029)		0,004 (0,015)	0,003 (0,015)
<b>origem_EAS</b>		-0,036 (0,051)	-0,028 (0,051)		-0,028 (0,026)	-0,027 (0,026)
<b>origem_GER</b>		-0,002 (0,029)	-0,008 (0,028)		-0,012 (0,015)	-0,014 (0,015)
<b>origem_ITA</b>		0,000	-0,001		-0,021**	-0,021**

		(0,018)	(0,018)		(0,009)	(0,009)
<b>origem_JPN</b>		0,024	0,017		0,059**	0,057**
		(0,046)	(0,045)		(0,023)	(0,023)
<b>origem_MXD</b>		-0,024	-0,024		-0,006	-0,006
		(0,017)	(0,017)		(0,009)	(0,009)
<b>origem_NAT</b>		0,145	0,087		0,143	0,121
		(0,237)	(0,236)		(0,121)	(0,121)
<b>origem_SLB</b>		0,038	0,033		-0,021	-0,023
		(0,030)	(0,030)		(0,015)	(0,015)
<b>Dominancia voto</b>			0,108**			0,017
			(0,047)			(0,024)
<b>Ideologia: esquerda</b>			0,011			-0,003
			(0,013)			(0,007)
<b>governismo</b>			-0,132***			-0,049***
			(0,028)			(0,015)
<b>Num. Obs.</b>	2020	2020	2020	2020	2020	2020
<b>AIC</b>	-44,3	-39,8	-64,6	-2684,3	-2685,7	-2691,5
<b>BIC</b>	17,4	66,8	58,8	-2622,6	-2579,1	-2568,1
*p < 0,1, ** p < 0,05, *** p < 0,01						

Fonte: Elaboração própria

Já em relação ao “Fiscalizador realizador” as origens “ITA” e “JPN” nos trouxeram um nível de significância estatística ao nível de 5%, tendo o “ITA” uma correlação negativa e o “JPN” positiva.

## 5.5 Direcionador de Comportamento “Presente em comissões” e “Presente em plenário”

Para fechar o grupo de direcionadores, avaliamos todos os eventos das comissões permanentes e especiais, bem com as de plenário, todas com caráter estritamente deliberativo. Assim, os resultados da tabela 24 abaixo demonstram que não há correlação estatisticamente significativa entre as variáveis de ancestralidade/cor, porém demonstra a presença sempre muito marcante das variáveis políticas nos resultados dos nossos direcionadores.

**Tabela 25:** Estimativas Tobit – Variáveis dependentes: Presente em Comissões e Plenário – legislaturas 54, 55 e 56

	Presença comissões			Presença plenário		
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
<b>Idade</b>	-0,001*** (0,000)	-0,001*** (0,000)	-0,001*** (0,000)	-0,001 (0,001)	-0,001 (0,001)	-0,001 (0,001)
<b>Qtde mandatos</b>	0,003** (0,001)	0,003** (0,001)	0,002 (0,001)	0,007 (0,005)	0,007 (0,005)	0,005 (0,004)
<b>origem_BLK</b>		0,016 (0,011)	0,003 (0,011)		0,005 (0,037)	-0,032 (0,036)

<b>origem_EAS</b>		-0,026	-0,022		-0,936	-0,937
		(0,022)	(0,020)		(29,357)	(27,507)
<b>origem_GER</b>		0,000	-0,011		-0,040	-0,056
		(0,012)	(0,011)		(0,039)	(0,036)
<b>origem_ITA</b>		-0,002	-0,004		-0,015	-0,018
		(0,007)	(0,007)		(0,023)	(0,022)
<b>origem_JPN</b>		0,026	0,017		0,010	-0,023
		(0,018)	(0,017)		(0,060)	(0,058)
<b>origem_MXD</b>		0,009	0,006		0,004	0,000
		(0,007)	(0,006)		(0,022)	(0,020)
<b>origem_NAT</b>		-0,001	-0,058		0,269	0,167
		(0,089)	(0,081)		(0,215)	(0,199)
<b>origem_SLB</b>		0,000	-0,004		-0,020	-0,020
		(0,012)	(0,011)		(0,039)	(0,037)
<b>Dominancia voto</b>			-0,040**			-0,225***
			(0,018)			(0,065)
<b>Ideologia: esquerda</b>			0,019***			0,023
			(0,005)			(0,016)
<b>governismo</b>			-0,163***			-0,319***
			(0,011)			(0,035)
<b>Num. Obs.</b>	2020	2020	2020	2020	2020	2020
<b>AIC</b>	-1540,9	1532,1	-1860,9	1015,1	1019,3	878,7
<b>BIC</b>	-1479,2	-1425,5	-1737,5	1076,8	1125,9	1002,2
*p< 0,1, ** p< 0,05, *** p<0,01						



6



## 6 CONCLUSÃO

A investigação sistemática das regressões realizadas ao longo deste estudo aponta nuances interessantes sobre o comportamento dos Deputados Federais. Os resultados indicam que, embora exista alguma evidência de influência da ancestralidade cultural em determinados comportamentos parlamentares, não podemos concluir de maneira categórica que a ancestralidade cultural seja um fator que afete as ações dos Deputados Federais.

Os resultados associados com o comportamento dos parlamentares e as variáveis não relacionadas com suas ancestralidades, por sua vez, estão de acordo com a literatura acadêmica existente. A inclusão das variáveis de características individuais, como “Idade”, “Região do país”, “Gênero”, “Legislatura” e “Quantidade de mandatos”, nas regressões permitiu uma análise mais granular e abrangente das correlações.

Observamos grupos ancestrais específicos apresentando comportamentos estatisticamente significativos, contudo esses efeitos não são uniformemente observados na maioria dos indicadores. Esse fenômeno sugere que a influência da ancestralidade, embora presente, é ignorada e pode ser ofuscada por uma série de outros estímulos e fatores que atuam no ambiente parlamentar. Esses estímulos vão muito além da persistência cultural e são impulsionados por um amplo espectro de variáveis políticas, como sugerido em nossas regressões.



Nosso estudo contribui para as pesquisas sobre persistência cultural e inova ao integrar ancestralidade e comportamento no parlamento sob o viés de variáveis quantitativas essenciais da atividade de um deputado, servindo de base para investigações subseqüentes que buscam a entender a profundidade e extensão das influências sobre as tomadas de decisão política e engajamento parlamentar.



# REFERÊNCIAS

# **REFERÊNCIAS**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão. **Dados**, v. 31, n. 1, 1988.

ACEMOGLU, Daron; GALLEGO, Francisco A.; ROBINSON, James A. Institutions, human capital, and development. **Annu. Rev. Econ.**, v. 6, n. 1, p. 875-912, 2014.

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James A. The colonial origins of comparative development: An empirical investigation. **American economic review**, v. 91, n. 5, p. 1369-1401, 2001.

ACHARYA, Avidit; BLACKWELL, Matthew; SEN, Maya. The political legacy of American slavery. **The Journal of Politics**, v. 78, n. 3, p. 621-641, 2016.

ALESINA Alberto, and Eliana LA FERRARA. Ethnic diversity and economic performance. **Journal of economic literature** 43, no. 3 (2005): 762-800.

ALESINA, A. and TABELLINI, M., 2022. The political effects of immigration: Culture or economics? (No. w30079). **National Bureau of Economic Research**.

ALESINA, A., STANTCHEVA, S. and TESO, E., 2018. Intergenerational mobility and preferences for redistribution. **American Economic Review**, 108(2), pp.521-554.



ALESINA, Alberto; GIULIANO, Paola; NUNN, Nathan. On the origins of gender roles: Women and the plough. **The quarterly journal of economics**, v. 128, n. 2, p. 469-530, 2013.

ALESINA, Alberto; GIULIANO, Paola. Culture and institutions. **Journal of economic literature**, v. 53, n. 4, p. 898-944, 2015.

ALTONJI, J.G. and CARD, D., 1991. The effects of immigration on the labor market outcomes of less-skilled natives. In **Immigration, trade, and the labor market** (pp. 201-234). University of Chicago Press.

AMES, Barry. **The Deadlock of Democracy in Brazil**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2001.

ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo; SANTOS, Fabiano Guilherme Mendes. **Governabilidade e representação política na América do Sul**. Editora Unesp, 2004.

BATEMAN, D.A., CLINTON, J.D. and LAPINSKI, J.S., 2017. A House Divided? Roll Calls, Polarization, and Policy Differences in the US House, 1877–2011. **American Journal of Political Science**, 61(3), pp.698-714.

BECKER, Gary. Preferences and values. **Accounting for Taste**, Harvard University Press: Cambridge. 1996.

BISIN, Alberto; VERDIER, Thierry. “Beyond the melting pot”: cultural transmission, marriage, and the evolution of ethnic and religious traits. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 115, n. 3, p. 955-988, 2000.

BORJAS, G.J., 1994. The economics of immigration. **Journal of economic literature**, 32(4), pp.1667-1717.

CARD, D., 2001. Immigrant inflows, native outflows, and the local labor market impacts of higher immigration. **Journal of Labor Economics**, 19(1), pp.22-64.

CARVALHO, N.R.D., 2003. **E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil**. (No Title).

CENCI, Eduardo; LOPES, Daniel AF; MONASTERIO, Leonardo M. **Internal migration and the spread of long-term impacts of historical immigration in Brazil**. 2019.

COLISTETE, Renato Perim. **O atraso em meio à riqueza: uma história econômica da educação primária em São Paulo**, 1835 a 1920. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DANTAS, Humberto (org.). **De olho no legislativo : um método para acompanhar mandatos parlamentares** / Humberto Dantas (org.) – Rio de Janeiro : Fundação Konrad Adenauer, 2013. Disponível em: [https://votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/2013\\_livro\\_de\\_olho\\_no\\_legislativo.pdf](https://votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/2013_livro_de_olho_no_legislativo.pdf)

DE CARVALHO FILHO, Irineu; COLISTETE, Renato P. **Education performance: was it all determined 100 years ago? Evidence from São Paulo, Brazil**. 2010.

DE CARVALHO FILHO, Irineu; MONASTERIO, Leonardo. Immigration and the origins of regional inequality: Government-sponsored European migration to southern Brazil before World War I. **Regional Science and Urban Economics**, v. 42, n. 5, p. 794-807, 2012.

DROLLER, Federico. Migration, population composition and long run economic development: Evidence from settlements in the pampas. **The Economic Journal**, v. 128, n. 614, p. 2321-2352, 2018.

DUSTMANN, C., VASILJEVA, K. and Piil DAMM, A., 2019. Refugee migration and electoral outcomes. **The Review of Economic Studies**, 86(5), pp.2035-2091.

FAUSTO, Boris; FAUSTO, Sergio. **A concise history of Brazil**. Cambridge University Press, 2014.

FAUSTO, Boris. **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. Edusp, 1999.

FEIGENBAUM, J.A., PALMER, M. and SCHNEER, B., 2019. " **Descended from Immigrants and Revolutionists": How Family Immigration History Shapes Representation in Congress**. Harvard Kennedy School, John F. Kennedy School of Government.

FERNÁNDEZ, Raquel; FOGLI, Alessandra. Culture: An empirical investigation of beliefs, work, and fertility. **American economic journal: Macroeconomics**, v. 1, n. 1, p. 146-177, 2009.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub and LIMONGI, Fernando (2007), Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In: **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Edited by MELO, Carlos Ranulfo and SAEZ, Manuel Alcantara. Belo Horizonte: UFMG. pp. 147-198."

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando; VALENTE, Ana Luzia. Governability and institutional power concentration: the government of FHC. **Tempo Social**, v. 11, n. 2, p. 49, 1999.

GIULIANO, Paola; NUNN, Nathan. Understanding cultural persistence and change. **The Review of Economic Studies**, v. 88, n. 4, p. 1541-1581, 2021.

GIULIANO, Paola; TABELLINI, Marco. The seeds of ideology: Historical immigration and political preferences in the United States. **National Bureau of Economic Research**, 2020.

GORI MAIA, Alexandre; LU, Yao. Migration and democratization in Brazil: The case of electoral participation and competition. **Demography**, v. 58, n. 1, p. 191-217, 2021.

GUIISO, Luigi; SAPIENZA, Paola; ZINGALES, Luigi. Does culture affect economic outcomes? **Journal of Economic perspectives**, v. 20, n. 2, p. 23-48, 2006.

GUIISO, Luigi; SAPIENZA, Paola; ZINGALES, Luigi. Long-term persistence. **Journal of the European Economic Association**, v. 14, n. 6, p. 1401-1436, 2016.

GUIISO, Luigi; SAPIENZA, Paola; ZINGALES, Luigi. Social capital as good culture. **Journal of the European Economic Association**, v. 6, n. 2-3, p. 295-320, 2008.

HAINMUELLER, J. and HOPKINS, D.J., 2014. Public attitudes toward immigration. **Annual review of political science**, 17, pp.225-249.

HALLA, M., Wagner, A.F. and ZWEIMÜLLER, J., 2017. Immigration and voting for the far right. **Journal of the European Economic Association**, 15(6), pp.1341-1385.

INÁCIO, Magna; RENNÓ, Lucio R. **Legislativo brasileiro em perspectiva comparada**. Editora UFMG, 2009.

INÁCIO, Magna, 2011. Engajamento parlamentar no Brasil. In: **O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

JOHN BOSLEY, Honorable. **Review of Parliamentary Scorecards in Africa**. 2007.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista de Saúde Pública**, v. 8, p. 49-90, 1974.

MELO, Carlos Ranulfo; CÂMARA, Rafael. Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. **Dados**, v. 55, p. 71-117, 2012.

MENEGUIN, Fernando; MAGNA, Ignácio. **Desempenho do Poder Legislativo: como avaliar**. Brasília, Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, 2014.

MONASTERIO, Leonardo Monteiro; LOPES, Daniel A. Feitosa. **Brasil sem imigrantes: estimativas de longo prazo baseadas em microdados**. 2018.

MONASTERIO, Leonardo Monteiro; REIS, Eustáquio José. **Mudanças na concentração espacial das ocupações nas atividades manufatureiras no Brasil: 1872-1920**. 2008.

MONASTERIO, Leonardo. Surnames and ancestry in Brazil. **PloS one**, v. 12, n. 5, p. e0176890, 2017

NETO, Octavio Amorim; SANTOS, Fabiano. The inefficient secret revisited: The legislative input and output of Brazilian deputies. **Legislative Studies Quarterly**, v. 28, n. 4, p. 449-479, 2003.

NÓBREGA, Ricardo; DAFLON, Verônica Toste. Da escravidão às migrações: raça e etnicidade nas relações de trabalho no Brasil. **Latin American Studies Association**, p. 1-30, 2009.

NUNN, N., 2017. Understanding the long-run effects of Africa's slave trades. **The long economic and political shadow of history**, 2, pp.36-48.

PATARRA, Neide Lopes; FERNANDES, Duval. Brasil: país de imigração. **Revista Internacional em Língua Portuguesa-Migrações**, v. 3, n. 24, p. 65-96, 2011.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro. **Dados**, v. 45, p. 265-301, 2002.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. The cost of governing: strategic behavior of the president and legislators in Brazil's budgetary process. **Comparative Political Studies**, v. 37, n. 7, p. 781-815, 2004.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Weak parties in the electoral arena, strong parties in the legislative arena: the electoral connection in Brazil. **DADOS-Revista de Ciências Sociais**, v. 46, n. 4, p. 735-771, 2003.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Origens étnicas e sociais do empresário paulista. **Revista de Administração de Empresas**, v. 4, p. 83-106, 1964.

POWER, Timothy J.; RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo. Mapping ideological preferences in Brazilian elections, 1994-2018: a municipal-level study. **Brazilian Political Science Review**, v. 13, 2019.

PRAÇA, Sergio; DANTAS, Humberto. **O Acompanhamento parlamentar pelo Movimento Voto Consciente**. São Paulo: Voto Consciente, 2012. Disponível em: <http://www.votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/2012/11/TEXTO-1-Projeto-MVC-MVC-historico-e-nucleos.pdf>.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. **Modelos de avaliação de desempenho de atividades parlamentares no Brasil: uma análise crítica**. 2021.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. **Global Editora e Distribuidora Ltda**, 2015.

ROCHA, Rudi; FERRAZ, Claudio; SOARES, Rodrigo R. Human capital persistence and development. **American Economic Journal: Applied Economics**, v. 9, n. 4, p. 105-136, 2017.

SANTOS, Fabiano. Instituições eleitorais e desempenho do presidencialismo no Brasil. **Dados**, v. 42, p. 111-138, 1999.

SEQUEIRA, Sandra; NUNN, Nathan; QIAN, Nancy. Immigrants and the Making of America. **The Review of Economic Studies**, v. 87, n. 1, p. 382-419, 2020.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade e cultura: a constituição da identidade teuto-brasileira. Etnia e Nação na América Latina. **Washington: Secretaria Geral da OEA-Organização dos Estados Americanos**, v. 2, p. 17-36, 1996.

SILVA, Gabriela Lourdes Machado; MUELLER, Bernardo. OS EFEITOS DOS CICLOS DO AÇÚCAR E DO OURO SOBRE A DESIGUALDADE SALARIAL E DISCRIMINAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL. **Análise Econômica**, v. 39, n. 80, 2021.

STOLZ, Yvonne; BATEN, Joerg; BOTELHO, Tarcísio. Growth effects of nineteenth-century mass migrations: “Fome Zero” for Brazil? **European Review of Economic History**, v. 17, n. 1, p. 95-121, 2013.

TABELLINI, Guido. Culture and institutions: economic development in the regions of Europe. **Journal of the European Economic association**, v. 8, n. 4, p. 677-716, 2010.

TABELLINI, Marco. Gifts of the immigrants, woes of the natives: Lessons from the age of mass migration. **The Review of Economic Studies**, v. 87, n. 1, p. 454-486, 2020.

TAVARES, Danilo Dêlogo. **LOCALISMO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: evolução e efeitos sobre a atividade legislativa**. Dissertação (Mestrado), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2018.

VERSIANI, Flávio Rabelo. Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização: Rio e São Paulo no início do século. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 13, n. 4, p. 77-96, 1993.

VIARO, Arthur; NAKAGUMA, Marcos; PEREIRA, Thales. **Leaving a Footprint: European Immigration, Political Preferences, and Social Capital in Brazil**. 2022.

WITZEL DE SOUZA, Bruno Gabriel. Immigration and the path dependence of education: the case of German-speakers in São Paulo, Brazil (1840–1920). **The Economic History Review**, v. 71, n. 2, p. 506-539, 2018.





idn

Bo  
pro  
cit  
ref  
Nos  
são

**idp**

A ESCOLHA QUE  
**TRANSFORMA**  
O SEU CONHECIMENTO